

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**O IMPACTO DA COVID-19 NA TRAJETÓRIA
EDUCACIONAL DE IMIGRANTES VENEZUELANOS
WARAO EM TINGUÁ – NOVA IGUAÇU**

PRISCILA DE ALANTINO BRAZ SILVA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O IMPACTO DA COVID-19 NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE
IMIGRANTES VENEZUELANOS WARAO EM TINGUÁ – NOVA
IGUAÇU**

PRISCILA DE ALANTINO BRAZ SILVA

Sob a Orientação da Professora

Miriam de Oliveira Santos

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciên-
cias Sociais**, no Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Março de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S319i Silva, Priscila de Alantino Braz , 1989-
O Impacto da COVID-19 na trajetória educacional de
imigrantes venezuelanos Warao em Tinguá - Nova Iguaçu /
Priscila de Alantino Braz Silva. - Rio de Janeiro,
2022.
71 f.: il.

Orientadora: Miriam de Oliveira Santos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGCS/Ciências Sociais, 2022.

1. Warao. 2. Imigrantes. 3. Desenvolvimento
escolar. 4. Integração. 5. COVID-19. I. Santos, Miriam
de Oliveira, 1964-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PPGCS/Ciências Sociais III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PRISCILA DE ALANTINO BRAZ SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/03/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

,

Prof.^a Dr.^a Miriam de Oliveira Santos, PPGCS/UFRRJ (Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a. Regina Petrus, UFRJ

Prof. Dr. Luciano Ximenes Aragão, UERJ

Dr. Gustavo Junger da Silva, IBGE



Emitido em 2022

TERMO Nº 284/2022 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/03/2022 11:49)

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matricula: 1177632

(Assinado digitalmente em 22/03/2022 12:12)

LUCIANO XIMENES ARAGAO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 011.036.157-18

(Assinado digitalmente em 22/03/2022 12:42)

MARIA REGINA PIQUET CARNEIRO PETRUS

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 651.290.087-15

(Assinado digitalmente em 22/03/2022 12:00)

GUSTAVO JUNGER DA SILVA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 094.788.887-06

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
284, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/03/2022** e o código de verificação: **f248839133**

RESUMO

ALANTINO, Priscila. **O impacto da covid-19 na trajetória educacional de imigrantes venezuelanos warao em Tinguá – Nova Iguaçu**. 2022. 72 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

A história das migrações é marcada pela atração ou repulsão de seus agentes, os migrantes, por parte dos Estados. Em contextos de epidemia ou pandemia chegam até mesmo a serem vistos como vetores de doenças. Tais percepções acabam por impactar diretamente no processo de integração e de desenvolvimento escolar desta população no país de acolhida. Diante deste cenário, o objetivo principal deste trabalho é verificar o quanto a pandemia de COVID-19 afetou a rotina escolar dos alunos imigrantes venezuelanos, da etnia Warao, matriculados em uma escola em Tinguá, bairro de Nova Iguaçu, um município do Rio de Janeiro. Para alcançar este objetivo verificamos como o distanciamento social intensificou desigualdades e preconceitos presentes no contexto escolar e na relação dos alunos migrantes com os colegas nacionais. Como metodologia foram feitas revisões bibliográfica e documental, aplicação de questionários, entrevistas com os alunos estrangeiros, professores e direção, bem como órgãos públicos e instituições que lidam diretamente com migrantes e refugiados. Isto possibilitou a percepção das dificuldades para a integração e para o processo educativo.

Palavras-chave: COVID-19; imigrantes; Warao; desenvolvimento escolar; integração.

ABSTRACT

ALANTINO, Priscila. **The impact of covid-19 on educational trajectory of venezuelans Warao imigrants in Tinguá – Nova Iguaçu.** 2022. 72 p. Dissertation (Master Science in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

The history of migration is marked by the attraction or repulsion of its agents, the migrants, by the States. In contexts of epidemics or pandemics, they are even seen as vectors of diseases. Such perceptions end up having a direct impact on the process of integration and school development of this population in the host country. Given this scenario, the main objective of this work is to verify how much the COVID-19 pandemic affected the school routine of venezuelans Warao imigrants students, enrolled in schools in Tinguá, district of Nova Iguaçu, county of Rio de Janeiro. To achieve this objective, we verified how social distancing intensified inequalities and prejudices present in the school context and in the relationship of migrant students with their national colleagues. As a methodology, bibliographic and document reviews were carried out, questionnaires were applied, interviews with foreign, teachers and directors, as well as public bodies and institutions that deal directly with migrants and refugees. This made it possible to perceive the difficulties for integration and for the educational process.

Key Words: COVID-19; imigrants; Warao; school development; integration.

Dedico esta dissertação a todas, todos e todes imigrantes, refugiados, refugiadas e refugiades que lutam dia após dia para viver uma vida digna e feliz. Que vocês encontrem conforto e paz!

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001". "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Ser mestranda em plena pandemia não foi fácil, mas caminhos de paz e descanso fizeram com que fosse mais suave, portanto venho aqui, com imenso carinho agradecer a Deus e meus guias que sempre me mostraram que valia a pena continuar meu sonho. À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Miriam Santos, que sem sombra de dúvidas foi essencial na minha vida, em todo esse processo ela foi muito mais que orientadora, foi quase uma mãe, em todos os aspectos, compreendendo meus momentos de fraqueza e me incentivando a continuar, puxando minha orelha, mas sempre pronta a ajudar. Se eu consegui chegar até aqui, sem dúvida, devo muito à ela e por isso sou imensamente agradecida e espero poder um dia retribuir todo carinho e bondade.

Agradeço também à minha mãe, Marilene e minha irmã, Ana Carolina, por acreditarem em mim, muitas vezes mais que eu mesma, por valorizarem todo o meu esforço e dedicação e ajudarem sempre que possível, aos amigos que cooperaram em diversos momentos, com referências e dicas essenciais, além daquela forcinha básica para seguir em frente. Agradeço também às pesquisadoras do grupo de pesquisa GEPELID/UFRRJ, sob a Coordenação da Prof.^a Dr.^a Flávia Motta, que cederam seus cadernos de campo para servir de pesquisa bibliográfica desta dissertação, vocês vivenciaram junto a mim este campo, cooperaram e alegraram as idas a campo. Foi um grande prazer vivenciá-lo com vocês.

Ademais, à todos, todas e todes que sempre torceram por mim e me dedicaram palavras de paz e incentivo, cooperaram financeiramente e fraternalmente para que eu conseguisse continuar, meu imenso muito obrigada, com toda sinceridade e carinho. Que um dia eu os possa retribuir.

“O futuro não é um lugar para onde vamos, mas um que estamos criando. Os caminhos para ele não se encontram, mas são feitos; e a atividade de fazê-los mudam ambos, o fazedor e o destino”.

Peter Ellyard

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Venezuela com destaque para os estados onde a etnia Warao habita	44
Figura 2 - Mapa da Venezuela dividido em estados, com destaque para os estados de Monagas e Delta Amacuro, onde tradicionalmente se encontram os Warao.	45
Figura 3 - CRAS Terra de Marambaia	51
Figura 4 - Desenho de uma das adolescentes Warao, da atividade proposta pela pesquisadora Sandra	51
Figura 5: Caminho percorrido pelos Warao da escola até sua casa	58
Figura 6: Atividade proposta pela professora Joana como forma de integrar as crianças warao à nova escola e aos colegas de classe	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONTEXTO HISTÓRICO DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL	17
1.1 Estado, Nação e nacionalismo	17
1.2 Etnicidade e Multiculturalismo	19
1.3 Raça, Etnicidade e Classe	22
1.4 Sujeitos da migração	25
1.5 A imigração na formação do Brasil independente	26
1.6 O Fechamento de fronteiras e o nacionalismo varguista	30
1.7 O advento do refúgio como categoria migratória e sua relação com a política brasileira	33
2 BREVE ETNOGRAFIA DOS REFUGIADOS WARAO EM NOVA IGUAÇU	40
2.1 A COVID-19 e uma nova mudança na dinâmica migratória do Brasil	41
2.2 Quem são os Warao?	43
2.3 Waraos em Nova Iguaçu	49
2.4 Conversando com o Cacique	52
2.5 A escola que recebeu os Warao	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO	70

INTRODUÇÃO

A trajetória de vida de uma pessoa ou família migrante, em muitos casos, é cercada de perigos e incertezas, desde o momento da tomada de decisão de saída, até a chegada e adaptação à nova sociedade do país de acolhida. Esta trajetória pode ser marcada por discriminação, preconceitos e repulsa por parte dos autóctones, sendo expressos de forma nítida ou velada, a depender do local onde resida. Uma das principais barreiras à socialização de migrantes, tanto adultos quanto crianças e adolescentes, é a comunicação. O conhecimento da língua do país de acolhida é o que facilita a integração dos mesmos na sociedade. “Compreender e ser compreendido pelo outro é fundamental em um processo comunicativo. Porém, quando esta comunicação não acontece, ou demora muito a acontecer, as relações se veem prejudicadas, e os sujeitos muitas vezes se distanciam procurando seu grupo cultural ou de afinidade linguística.” (ANDRÉ, 2016, p.56). Parte do processo comunicativo demanda que haja pelo menos mais uma pessoa no discurso e se problemas como o preconceito e a discriminação estiverem implícitos ao contexto escolar em que o/a migrante se encontra, o processo de integração e aprendizagem, tanto dentro quanto fora da escola, é dificultado.

Segundo Giralda Seyferth (2015), “ao longo da sua história como país independente, o Brasil recebeu imigrantes de diversas procedências, predominando os europeus até o início da década de 1960.” (SEYFERTH, G. 2015, p. 111)¹. Ao longo dos anos, ideais eugenistas, surgidos a partir de teorias raciais, que se desenvolveram durante o iluminismo e que defendiam a existência de uma hierarquia de raças, “serviram de alicerce e de legitimação ao colonialismo e à discriminação brutal, intencional e sistemática de seres humanos em função da cor de pele.” (CABECINHAS e MACEDO, 2019, p.18). Este tipo de pensamento, no decorrer dos anos, resultou em políticas que marginalizaram ainda mais a população negra que, deixada à mercê após a abolição, não possuía emprego, nem moradia ou acesso à educação. Esta imagem deturpada da população não-branca, ainda hoje, suscita a necessidade de lutar por direitos e igualdade, enquanto constantemente sofre-se assédios racistas em todas as esferas. Este tipo de tratamento não deixou isentos, mesmo hoje em dia, os imigrantes não-brancos. Diversos relatos sobre o tratamento nocivo que imigrantes vindos de algum país do continente africano ou de pele negra recebem de vizinhos, patrões e até mesmo em órgãos públicos, já foram expostos em jornais, revistas e até mesmo trabalhos acadêmicos. Além

¹ É importante salientar aqui que os negros escravizados não eram considerados imigrantes, pois não migravam por escolha.

destes, também os indígenas que mesmo não sendo imigrantes recebem tratamento equivalente, por conta de sua cor e etnia.

Percebe-se então que, enquanto a visão colonizadora - que faz a imagem do migrante continuar sendo ligada a algo ruim, inferior ou indesejável - permanecer, dificilmente será possível construir uma sociedade com menos desigualdade. Quando juntamos características estereotipadas, é possível, nitidamente, ver quão diferenciado o tratamento se torna, como é o caso dos venezuelanos Warao – latinos e indígenas – quando chegam ao Brasil e começam a se inserir na sociedade. Nota-se então, a necessidade de mecanismos que revertam a imagem negativa dos migrantes e façam com que a população autóctone possa compreender quem são estas pessoas, como sua cultura se expressa e principalmente, que a diferença não é um problema a ser combatido. Desta forma, o estranhamento em torno da alteridade deixa de ser um empecilho para o fortalecimento de uma sociedade equitativa.

O domínio da língua nativa é um dos aspectos comunicativos fundamentais para a adaptação do migrante, pois facilita o acesso a informações importantes, obtenção de emprego, moradia e educação. Portanto, a escola se torna, um dos espaços de socialização² mais influentes no processo de integração, ela “é um importante lugar de contato cultural para os alunos estrangeiros, justamente porque é a porta para a nova sociedade” (CARRASCO, 2004 *apud* ANDRÉ, 2016). A presença de crianças matriculadas em escolas, possibilita o aprendizado da língua nativa, não somente destes, mas também dos pais, pois estes aprendem o idioma com seus filhos, o que consequentemente facilita também a compreensão de informações importantes e, por fim, mas não menos importante, a integração na comunidade local. Entretanto, o acesso de migrantes à educação ainda é mundialmente considerado um problema a ser resolvido (OIM, 2020).

Ao longo dos anos, diversas políticas já foram implantadas, mas é preciso levar em consideração que nem todas se preocupam com o bem-estar dos migrantes, historicamente a maioria delas era segregacionista e/ou assimilacionista, ou seja, ou separavam os migrantes dos autóctones – e essa separação na maioria das vezes se aplicava somente a imigrantes negros e latinos, principalmente na América do Norte e Europa – ou os assimilava, retirando toda e qualquer característica ligada à cultura de origem do migrante. (RODRIGUES *et al*,

2 “Definida por Durkheim (1967) como a transmissão da cultura de um determinado grupo social às futuras gerações. Refinando o conceito, Peter Berger e Thomas Lukmann distinguem entre socialização primária e secundária, afirmando que “[a] socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade” (1999, p. 175) “enquanto a socialização secundária seria [...] qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (1999, p. 175)”. (PETRUS *et al*, 2016, p.37)

2014). Como já explicitado acima, os filhos de migrantes matriculados na escola mantêm contato com a língua e cultura de origem, dentro de casa ou na comunidade (OLIVEIRA, 2014), portanto é possível que uma política integrativa seja mais adequada, principalmente no ambiente escolar, pois ela possibilita a inserção da língua e cultura de origem do migrante, enriquecendo assim também os nacionais, tanto cultural quanto linguisticamente.

Pesquisas e relatórios nacionais e internacionais oferecem pistas e possíveis caminhos a serem seguidos no combate a preconceitos e também na construção de um sistema de educação inclusiva que abrace os migrantes em suas necessidades. Um exemplo de iniciativa é o 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes da cidade de São Paulo, que prevê eixos de atuação do governo municipal junto a sociedade civil e coletivos de imigrantes, para combater discriminações e incluir o migrante nas pautas políticas, propondo uma nova forma de olhar o migrante, agora como parte da sociedade brasileira, e portanto, sujeito de direitos. A cidade de São Paulo é o ponto de partida para pensar um Plano Nacional que acolha migrantes, em todos os seus aspectos. É um desafio que precisa de atenção, pois já não é mais possível ignorar a presença de milhares de pessoas que necessitam de acolhimento.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é verificar o quanto a pandemia de COVID-19 afetou a rotina escolar de alunos estrangeiros - matriculados em escolas no Rio de Janeiro -, bem como sua integração na sociedade de acolhida. Antes de alcançar este objetivo principal, será necessário verificar também, a relação destes alunos com os colegas nacionais e as implicações do distanciamento social na intensificação de desigualdades e preconceitos neste contexto. Conjuntamente será verificada a efetividade das políticas públicas existentes na resolução de tais problemas, com o objetivo de fornecer subsídios teóricos e empíricos para uma futura formulação de novas políticas, especialmente em âmbito nacional. Contribuindo assim para a diminuição de preconceitos não só com imigrantes internacionais como também com os nacionais, por exemplo, os alunos e alunas negras e/ou de outros estados e municípios.

Estudar migrações é uma tarefa que demanda a compreensão de diversos aspectos da vida, pois o ato de migrar envolve relacionamentos, entre pessoas, grupos, classes, instituições. Então, para que a compreensão do todo seja possível, é necessário escolher uma parte e pesquisá-la, deixando esta temática mais compreensível. As etapas e procedimentos metodológicos percorridos para realizar esta pesquisa, iniciam-se pelo desenvolvimento da hipótese a qual, ao longo da pesquisa, terá que ser testada. A testagem terá o intuito de mostrar os impactos de pandemias na educação de migrantes através da relação entre três indicadores - migração, pandemia e educação. Para isto, um outro indicador deverá ser

incluído, pois está presente no contexto, a discriminação. O intuito é medir o impacto deste indicador no processo de integração dos atores pesquisados.

Outro aspecto importante para este estudo é a formulação de políticas públicas voltadas à população migrante. Para isto, primeiramente, serão avaliadas as políticas já existentes para verificar se, de fato, estão cumprindo o papel que lhes foi destinado. Esta avaliação será feita através dos estudos de impacto. Tais iniciativas fazem ainda parte da etapa de pesquisa bibliográfica e documental, da qual é integrante a construção dos questionários e do roteiro de entrevista semiestruturada. Concomitantemente a esta etapa, segue a seleção do perfil dos (as) entrevistados (as), tanto pessoas quanto instituições; a preparação das autorizações e o contato com os mesmos de forma a agendar as entrevistas. Durante as entrevistas o objetivo é deixar o (a) entrevistado (a) construir seu próprio caminho e a partir daí verificar aspectos que não foram pensados antes ou enfatizar os que foram, além de verificar como se dá a relação dos mesmos com a escola e com os serviços de saúde, também como foi o processo de adaptação a este contexto de pandemia. Após isto segue-se a análise e tratamento dos dados obtidos, esperando que os resultados cumpram o papel de testar a hipótese inicial ou que conduzam a um caminho que possibilite auxiliar a população migrante em suas necessidades.

O levantamento e análise de dados viabiliza a formulação de propostas para uma política nacional de acolhimento e integração do migrante na escola e sociedade brasileira, pois a presença dos beneficiários na formulação de políticas faz com que esta tenha uma expectativa de efetividade maior. Além disso, contribui também para a diminuição de preconceitos não só com imigrantes internacionais como também com os nacionais, por exemplo, os alunos e alunas negras e/ou de outros estados e municípios.

Em função de estudos anteriores sobre o tema e também de minha experiência de dois anos atuando em um projeto social (Sem Fronteiras) que ajudava refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade e também como voluntária em eventos como a Copa dos Refugiados e ONGs como Aldeias Infantis - que acolheu venezuelanos interiorizados; pude identificar a importância da educação na adaptação e integração de migrantes na comunidade local. Entretanto, diante da pandemia do Coronavírus e o consequente fechamento de escolas, o acesso à educação foi dificultado, bem como a falta de maior contato com nacionais, o que agiliza e coopera para o processo de aprendizado da língua nativa.

Este quadro atual me chamou a atenção para os impactos que epidemias e pandemias podem ter na trajetória educacional de migrantes e consequentemente em sua adaptação e integração na nova sociedade, além da falta de acesso à informação básica para cuidados e

prevenção de contágio. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de construção de conhecimento mais aprofundado sobre tais impactos na educação e consequente socialização de migrantes, contribuindo assim para a formulação de políticas públicas voltadas para esta população e suas necessidades.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Falar sobre imigração no Brasil é falar sobre a construção/manutenção do Estado e nação brasileiros, pois desde ainda o período do Império, a política brasileira manteve uma relação intrínseca com os movimentos migratórios, em especial os de entrada. Durante muitos anos, os imigrantes europeus foram relacionados a projetos de manutenção da economia, ocupação de vazios demográficos, construção de um povo civilizado e até mesmo de uma raça ou tipo nacional brasileiro (SEYFERTH, 2000). A ideologia em torno da construção do povo brasileiro fez com que teorias formuladas a partir do racismo científico, que já circulavam o mundo, se tornassem parte da política brasileira de consolidação nacional. Tais teorias definiam uma hierarquia entre as raças, na qual o negro ocupava a base, ou seja, a raça que deve ser superada e eliminada e em um Brasil em que a maioria da população era negra, se fazia necessário que este quadro fosse revertido com máxima urgência. A solução adotada foi a importação de imigrantes brancos e europeus que, além dos motivos econômicos e civilizatórios, deveriam fazer parte do processo de miscigenação, com o intuito de construir uma nação branca. Isto resultou em uma segregação racial não oficial que, de diferentes formas, perdura até os dias atuais (STOLCKE, 2006).

Então, para entender melhor como se dá esta relação entre política, migração e a formação do povo brasileiro, primeiramente, será feita uma análise dos conceitos relevantes ao tema, seguindo a perspectiva de Elisa Reis da ação ideológica destes na sociedade e como operam em relação aos movimentos de migração no Brasil. É preciso ainda ressaltar que, apesar de historicamente existirem movimentos de entrada e saída de pessoas no Brasil, este trabalho abordará somente os de entrada, desde o período do Império, a partir da independência, até os dias atuais.

1.1 Estado, Nação e nacionalismo

Antes de tratar sobre a formação nacional brasileira, é preciso tratar sobre a formação do Estado-nação ou do Estado nacional. Para isto, é importante entender que ambos não

significam a mesma coisa e tanto o Estado quanto a nação não são inerentes, tampouco dependentes entre si, bem como não possuem uma ordem de formação ou surgimento pré-estabelecida. Na perspectiva de Charles Tilly, o Estado como o conhecemos hoje, ou seja, “nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais” (TILLY, 1996, p. 47), surgiu apenas após a Segunda Guerra Mundial³ e é entendido como “organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (TILLY, 1996, p. 46).

Para Tilly, a formação do Estado não é pacífica, ela envolve a luta pelo controle do território e da população. É operada pela “classe dirigente nacional” através da dinâmica do capital e da coerção ou, o que Pierre Clastres (1979) chamaria de poder coercitivo, o qual deriva do poder inerente às sociedades⁴. Para Clastres, o “poder político como coerção ou como violência é a marca das sociedades históricas, isto é, das sociedades que trazem em si a causa da inovação, da mudança, da historicidade” (CLASTRES, 1979, p. 22). Nesta perspectiva,

Tilly vê o processo de construção do Estado como um processo caracterizado por "autonomia formal, diferenciação frente a organizações não governamentais, centralização e coordenação interna" (Tilly, 1975: 3-83). Já o processo de construção da nação, na sua perspectiva, envolveria o desenvolvimento de uma consciência nacional, participação e compromisso (Ibid.: 70-71). (REIS, 1988, p.187)

Com isto, Tilly então caracteriza os Estados nacionais como aqueles que “governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas” (TILLY, 1996, p. 47) e ressalta que eles raramente surgiram e quando sim, eram Estados não-nacionais; já os Estados-nações, surgiram em grande escala nos últimos séculos como aqueles “cujo povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica” (TILLY, 1996, p. 47).

A “peculiaridade do Estado Nacional”, no entanto, segundo Elisa Reis (1988), dificulta a diferenciação entre os termos Estado e Nação, por isto, até mesmo grandes teóricos tiveram dificuldade em explicá-los. Weber, por exemplo, mistura os dois termos ao defini-los. Sua definição de Estado ressalta aspectos da nação, quando afirma que “a legitimidade

3 Historicamente, outros modelos de Estado de que se há conhecimento, datam desde o século X (TILLY, 1996).

4 Para Clastres, o poder está presente em qualquer sociedade, seja ela considerada primitiva ou não. Em suas palavras, “é impossível pensar o apolítico sem o político, o controle social imediato sem a mediação, numa palavra a *sociedade sem o poder*.” (CLASTRES, 1979, p. 19)

envolve obediência motivada que se traduz em aceitação e compromisso” (REIS, 1988, p.188) e sua definição de nação requer a noção de Estado, pois diz que “a nação é uma comunidade de sentimento que normalmente tende a produzir um Estado próprio [...] (e se encarrega de) [...] prover a reconciliação ideológica entre dominação burocrática e solidariedade social [...], pertencendo então, o conceito (de nação) à esfera dos valores.” (WEBER, 1946, p.171-179 *apud* REIS, 1988, p.188,189), ou seja, nação tem a ver com a solidariedade entre os indivíduos que a constituem.

Ainda sobre a construção da nação, de acordo com Hobsbawm (1990), a nação pode ser concebida a posteriori ou idealizada anteriormente – ressaltando o aspecto ideológico de nação presente no nacionalismo, o qual “procura estabelecer laços entre aqueles considerados como tendo, em comum, uma etnicidade, uma linguagem, uma cultura, um passado histórico e assim por diante” (HOBBSAWM, 1990, p.204). Algumas sociedades fizeram uso dessa “dimensão ideológica” do nacionalismo para se consolidar como nações⁵. Esta consolidação pode se dar de algumas formas, culturalmente – através da consolidação de uma cultura nacional, que pode envolver a assimilação de muitas culturas diferentes, presentes num mesmo território, além também da unificação linguística e em alguns casos, em especial na metade do século XIX e início do século XX, a unificação racial –; economicamente – através da criação de uma economia nacional (muito presente até o fim da 2ª Guerra Mundial⁶) –; e territorialmente – através da conquista de territórios. Assim, Hobsbawm conclui que nação “é uma entidade social apenas quando relacionada a certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’, e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação.” (HOBBSAWM, 1990, p.19).

1.2 Etnicidade e Multiculturalismo

Os nacionalismos, na perspectiva de Brubaker (2017), por sua ambivalência normativa e conceitual, podem ter diversas classificações, como resultado das reivindicações e avaliações de cada grupo existente dentro ou fora da mesma sociedade, destacando em si, a presença da pluralidade. Atualmente, a distinção que possui maior repercussão é "entre o entendimento civil e étnico de pertencimento nacional e as formas de nacionalismo"

5 "o nacionalismo [...] toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes" (HOBBSAWM, 1990, p.19).

6 Após a Segunda Guerra Mundial, as “velhas economias nacionais [...] (foram) [...] substituídas por associações ou federações maiores dos ‘Estados-nações’, tais como a Comunidade Econômica Europeia, e entidades internacionais controladas coletivamente como o Fundo Monetário Internacional [...] No presente, estamos vivendo uma curiosa combinação de tecnologia do final do século XX com o livre comércio do século XIX” (HOBBSAWM, 1990, p. 206, 207)

(BRUBAKER, 2017, p.296), sugerindo que existem apenas dois tipos de nacionalismo, o cívico e o étnico. O cívico, baseado na cidadania em comum e o étnico, baseado na etnia em comum.

O nacionalismo étnico é visto como separatista e ilegítimo pelos defensores do nacionalismo cívico, pois estes acreditam que o modelo cívico é mais adequado para unificar a população em um sentimento de cidadania, colocando as diferenças étnicas em posição secundária. Entretanto, a cidadania também pode ser uma categoria de exclusão, à medida que não inclui pessoas que buscam abrigo e proteção por não serem considerados cidadãos⁷. Por conta deste jogo de inclusão e exclusão inerente à ambiguidade destes dois tipos de nacionalismo, o que acontece na prática é que se "combinam elementos cívicos e étnicos de maneiras variadas" (BRUBACKER, 2017, p.303).

A despeito disto, Cardoso de Oliveira (2000) acredita que, antes de falar sobre as identidades nacionais, é preciso entender o que é etnicidade. Para ele, etnicidade envolve “relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas” (OLIVEIRA, 2000, p.8). Etnicidade pode ser entendida também como nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-nação ou ainda, segundo Cohen (1974, p. XI *apud* OLIVEIRA, 2000, p.8), como a “forma de interação entre grupos culturais atuando em contextos sociais comuns”. Além disto, a concepção de etnicidade deve considerar dois aspectos, o primeiro, que “[...] Etnicidade é uma propriedade de uma formação social e um aspecto de interação (e o segundo, que) diferenças étnicas envolvem diferenças culturais que possuem impacto comparativamente [cross-culturally] variável [...] sobre a natureza das relações sociais” (ERIKSEN, 1991, p. 131 *apud* OLIVEIRA, 2000, p.8).

Neste contexto, Cardoso de Oliveira ressalta que a observação de grupos de imigrantes oferece uma oportunidade privilegiada para o estudo daquelas formas de interação onde há articulação entre a identidade, a etnicidade e a nacionalidade. Acerca disto, Brubacker (2017, p.307) afirma que, o multiculturalismo valoriza “as conexões culturais particulares e as identidades [...] (e ainda, vê) o reconhecimento público de tais conexões particulares como sendo centrais e de apoio ao invés de antitéticas à cidadania”. Isto ressalta o aspecto comum a qualquer etnia, que é o “pertencimento cultural, algo que todos partilham, é uma particularidade universal.” (HALL, 2003, p.84).

⁷ A cidadania molda "as oportunidades de vida e [(mantém) as desigualdades massivas e moralmente arbitrarias [...] ela é, em grande parte, invisível porque nós a tomamos como certa[...]] Nas esferas mais amplas do debate público, esse tipo de fechamento e exclusão nunca é questionado. " (BRUBACKER, 2017, p.305)

Stuart Hall (2003) nos mostra então, a partir da concepção de Homi Bhabha sobre o que é multicultural e multiculturalismo⁸, como as sociedades plurais lidam com seus diferentes grupos, interagindo dentro no mesmo território. Para Hall, o multiculturalismo é plural, ou seja, possui diversas vertentes – conservadora, liberal, pluralista, comercial, corporativa e crítica ou revolucionária – que divergem acerca de como lidar com as diferenças. As sociedades modernas que passaram por crises, a partir da rearticulação de poder social no pós-colonial, acabaram por assumir um “caráter multicultural e etnicizado”, indicando assim uma relação entre o pós-colonial e o “ressurgimento da questão multicultural”. Para Hall, as práticas do multiculturalismo que definem e caracterizam as sociedades da modernidade tardia são essenciais ao manifestar a importância da diversidade cultural, principalmente por integrar as contribuições das “pessoas de cor” à sociedade. Além do mais, o multiculturalismo tem se alterado e intensificado após a Segunda Grande Guerra ocupando lugar central no campo da contestação política (HALL, 2003).

Historicamente, as sociedades multiculturais, étnicas ou culturalmente mistas têm sido produzidas a partir dos deslocamentos dos povos e da migração, entretanto, com a globalização e sua característica culturalmente homogeneizadora, as diferenças tendem politicamente a serem assimiladas. Surgem então, os chamados localismos⁹, ou seja, a luta entre os interesses globais e locais, na qual o local “resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo” (HALL, 2003, p.61). Diante da complexidade multicultural, as escolhas identitárias de grupos étnicos são políticas e associativas, pois ao mesmo tempo em que são fiéis às tradições, escolhem a posição do grupo ao qual desejam ser associados. Isto significa que estas comunidades não estão engessadas em uma tradição imutável (HALL, 2003).

8 Para Bhabha, multiculturalismo é um “termo valise que se expandiu de forma heterogênea [...] (e multicultural) tornou-se um significante oscilante” (HALL, 2003, p.51). Para Hall, “Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se as estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais.” (HALL, 2003, p.52. *Grifos meus*).

9 Baseado no conceito de *différance* de Derridá (1973), o qual diz que é “o movimento do jogo que ‘produz’ [...] essas diferenças, esses efeitos de diferença” (DERRIDÁ, 1981, 1982 *apud* HALL, 2003, p.60), ou seja, uma “onda” de similaridades e diferenças”. Uma sociedade multicultural sempre envolve mais que um grupo. Essa é a lógica da *différance*, todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites, definindo o que são em relação ao que não são. (HALL, 2003).

1.3 Raça, Etnicidade e Classe

A segregação racial infelizmente está presente em diversas sociedades, mas para entender como ela opera, é preciso primeiramente entender que o conceito de raça não é natural, mas social e historicamente construído. Após o fim da Segunda Guerra Mundial passou-se a entender, que biologicamente não existe mais de uma raça humana, pois o genótipo¹⁰ humano – que é o responsável pelas diferenças genéticas – não representa um argumento sustentável para justificar a segregação, portanto para que haja uma diferenciação entre seres humanos, características externas que influenciam o indivíduo - os fenótipos¹¹ - devem ser considerados. No entanto, até este período, as características fenotípicas eram tidas como “naturais”, ou seja, genotípicas e usadas como justificativa para a segregação entre indivíduos, política, econômica e socialmente. O advento da obra de Charles Darwin, “*A Origem das espécies*”, trouxe consigo a possibilidade da existência da verdade fora do âmbito religioso, ou seja, através da ciência. Sua teoria sobre a evolução dos seres vivos impulsionou o surgimento de diversas teorias destinadas a estudar a composição humana, as quais defendiam a existência de uma divisão e hierarquia racial. Entretanto, antes mesmo de a ciência colocar o homem branco no trono da escala evolutiva da humanidade, a religião (cristã) já havia preparado o assento (STOLKE, 2006).

Verena Stolke trata da construção da raça, como categoria de exclusão, a partir da noção de limpeza de sangue presente nas políticas coloniais, em especial portuguesa e espanhola. É importante ressaltar que, no século XV e XVI, o Estado e a Igreja estavam extremamente entrelaçados, portanto grande parte das decisões políticas tinham cunho religioso ou eram baseadas em critérios morais advindos da religião cristã. A limpeza de sangue não foi diferente. Para o cristianismo a pureza é parte fundamental da vida de um verdadeiro cristão e portanto o reflexo da verdadeira conversão. A partir deste pressuposto, entendia-se que quem não era cristão, não era puro e portanto deveria se converter. Com este pensamento foram instituídas leis que forçavam a conversão de não-cristãos, principalmente de judeus e mouros, o que resultou em uma perversa perseguição àqueles que se recusavam a se converter.

O padrão político-social à época era totalmente atrelado à ideia de honra e moral, “a noção da *limpieza de sangre* ganhava forma a partir da ideologia genealógica que

10 Composição genética de um indivíduo que não pode ser alterada e não sofre influência do meio.

11 Características estruturais, físicas e comportamentais, que podem ser alteradas pois sofrem influência do meio.

fundamentava o status e as honrarias sociais no nascimento legítimo como prova de ‘sangue’ puro” (STOLKE, 2006, p.21). A limpeza de sangue definia então os padrões sociais, pois os melhores cargos e status social eram concedidos àqueles que, segundo os preceitos religiosos, eram considerados “puros de sangue”¹² ou “cristãos velhos”. Ao longo do tempo, a limpeza de sangue criou sociedades que naturalizavam a desigualdade, pois como as diferenças eram atreladas a “pureza de sangue”, eram portanto consideradas naturais e imutáveis (STOLKE, 2006). Esta distribuição social desigual, somada às teorias raciais, não demorou muito a alcançar os negros.

A importação de negros e negras escravizados como força de trabalho deu lugar a outro tipo de exploração, a sexual.

No Brasil, de forma semelhante ao que aconteceu na América espanhola, a população em veloz crescimento de mulatos correspondia na sua maioria a filhos de fazendeiros da cana-de-açúcar; estes engravidavam suas escravas domésticas (STOLKE, 2006, p.20).

No fim do séc. XVIII, o número de mestiços já superava o de brancos, ameaçando o que Stolke chamou de “fluidez sócio-racial”, assim a disparidade racial é tida como um problema para a limpeza de sangue. A solução encontrada então, foi incluir a categoria racial como impureza.

Os africanos trazidos ao Novo Mundo como escravos, e seus descendentes, eram vistos como genuinamente impuros e infectados, por carregarem “o peso da horrível mancha do vil nascimento como zambos, mulatos e outras castas piores, com as quais homens da esfera intermediária ficam envergonhados de se misturar”. (KONETZKE, 1962, III, 1, p. 185 e 107 *apud* STOLKE, 2006, p.28)

Percebe-se que, na religião as diferenciações raciais já estavam instituídas, então agora era preciso instituí-las em outras esferas.

O status obtido por descendência persistiu na sociedade de classes até o século XIX, entretanto, quando a burguesia não conseguia mais justificar seus privilégios como resultado do esforço, a solução encontrada foi construir um “elitismo sócio-político baseado em teorias de superioridade racial” (HOBSBAWM, 1975 *apud* STOLKE, 1991, p.112). Nota-se então que, a raça foi um construto histórico-social utilizado para justificar a desigualdade existente na sociedade de classes, definindo como natural e imutável a segregação de classe e raça. A construção desta noção de hierarquia racial não seria possível sem o apoio do Estado, que ao

12 Por causa das perseguições, judeus, mouros e outros não-cristãos passaram a se converter, mas secretamente mantinham as antigas práticas. Com isto, em 1449 o Concílio de Toledo instituiu o estatuto da pureza de sangue, o qual exigia “provas de sangue” a qualquer pessoa considerada suspeita. (STOLKE, 2006).

institucionalizar políticas segregacionistas, definiu as posições sociais dos oprimidos e dos opressores.

Com o passar dos anos, o conceito de raça foi amplamente debatido, principalmente a sua existência factual. As discussões em torno da diferença genotípica e fenotípica levaram a uma mudança de classificação que resultou no surgimento do termo “etnicidade” ou “grupo étnico” para definir pessoas com características fenotípicas em comum. O uso do termo raça pelos nazistas em suas experiências baseadas em teorias raciais e eugênicas reforçou esta troca, assim "o termo 'étnico' ganhou uso mais generalizado no período do pós-guerra. [...] O Oxford English Dictionary registra o primeiro uso do substantivo 'etnicidade' em 1953" (Tonkin et al., 1989, p. 14-5 *apud* STOLKE, 1991, p.106). Esperava-se que as consequências da mudança de terminologia minimizassem ou até mesmo evitassem o “racismo prevalecente, ou seja, discriminações e exclusões ideologicamente justificadas" e também que a raça fosse “relegada ao reino da natureza, em contraste com a 'etnicidade', compreendida como identidade cultural” (STOLKE, 1991, p.107).

Esta nova terminologia encontrou divergências no campo acadêmico, tanto em relação à sua significação quanto em relação ao seu uso como substituto do conceito de raça. Alguns teóricos até defendiam o uso de grupo étnico como uma categoria de classe ao invés de raça, o que foi criticado por J. Rex (1973) ao afirmar que, utilizar grupo étnico como categoria de classe poderia apagar a luta por direitos das populações não-brancas, bem como "neutralizar as consequências das situações raciais em termos de conflito” (REX, 1973, p.183 *apud* STOLKE, 1991, p.107). Até mesmo a definição de etnicidade e grupo étnico não pode ser a mesma, pois atributos grupais não servem para definir etnicidade, mas apenas o pertencimento a determinado grupo étnico. (STOLKE, 1991).

Isto levanta a questão da diferença entre raça e etnia relegar à raça a esfera da natureza, o que mais uma vez a aproxima do fator biológico, fortalecendo assim ideologias, como o racismo¹³, que tomam como natural a desigualdade associada à raça e a mantém cativa a um contínuo círculo vicioso de desigualdade e opressão. Desta forma, as diferenças de raça acabaram por se tornar construtos ideológicos identificados como "fatos biológicos socialmente significativos na sociedade de classes", que tem a tendência de "naturalizar a desigualdade social [...]” (STOLKE, 1991, p.110). Portanto, levando-se em conta que a definição de raça teve significados diferentes, a depender do contexto em que surgiram, é

13 “uma característica do racismo é a naturalização de supostas diferenças raciais e/ou culturais para justificar a exclusão e a discriminação.” (STOLKE, 1991, p.113)

preciso ter em mente que, para definir raça e etnicidade, eles devem ser entendidos dentro do "contexto dos sistemas de dominação a que dão significado" (REX e MASON, 1986, p. XII – XIII *apud* STOLKE, 1991, p.107).

Os processos ideológicos de preconceito e discriminação, segundo Verena Stolke (1991) envolvem a naturalização das “diferenças socialmente significativas” e interpretam estas diferenças como desigualdades. É possível perceber que em uma sociedade de honrarias sociais associadas à raça, ou mais especificamente à cor e atributos físicos, não se encaixar no padrão estabelecido como aceitável significa ocupar uma posição social inferior. Isto automaticamente torna as desigualdades não somente raciais, mas também de classe. Ao longo dos anos, a manutenção desta organização social discriminatória posicionou a população negra à margem de todas as esferas da vida, no trabalho, na educação, nos relacionamentos, na economia, na política, no controle sobre seus corpos, etc.

A solução encontrada para justificar tal desigualdade, foi a criação do mito da igualdade de oportunidades que, ao desafiar a desigualdade de classes, acabou por reforçar a tendência de naturalizar as relações sociais. Isto significa que, se alguém não ascende socialmente é porque tem alguma deficiência, ou seja, é culpa sua. Em suma, o racismo concilia o mito da igualdade de oportunidades com a desigualdade existente na vida real e assim perpetua e acentua as condições discriminatórias e segregacionistas existentes. Portanto, a segregação racial não pode ser vista somente pelo viés da raça, mas também da etnia e da classe.

1.4 Sujeitos da migração

Em meio a estes diversos fluxos migratórios ao longo da história citados acima, estão seus principais atores, os deslocados, entretanto é preciso traçar uma diferença entre eles, pois juridicamente e talvez principalmente em questões de ajuda humanitária, definir a condição em que este deslocado se encontra é crucial (ALARCÓN, 2013). Primeiramente, é considerado ou considerada refugiado ou refugiada: “(...) Qualquer pessoa: Que (...) temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (ONU. 1951) [e que,] (...) Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

Segundo, é considerado ou considerada migrante, “Toda pessoa que se move fora de seu lugar de residência habitual, seja dentro de um país ou por uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por diversas razões. Este termo compreende uma série de categorias jurídicas bem definidas acerca de pessoas” (OIM. 2019). É importante ressaltar que, caso os migrantes queiram retornar ao seu local de origem não terão problemas, pois não saíram por sofrer perseguição. Além destes, existem também os apátridas, que “são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.” (ACNUR, 2020); os deslocados internos, “pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga.” (ACNUR, 2020); e os solicitantes de refúgio, “pessoas que solicitam às autoridades competentes serem reconhecidas como refugiado, mas que ainda não tiveram seus pedidos avaliados definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.” (ACNUR, 2020).

Apesar de não tão regularmente citados, o ACNUR reconhece ainda as chamadas “pessoas em situação similar a de refugiados”, que são “uma categoria de natureza descritiva e inclui grupos de pessoas que se encontram fora de seu país ou território de origem e que enfrentam riscos similares aos dos refugiados, mas para os quais, por razões práticas ou de outra natureza, não foi determinada a condição de refugiado.” (ACNUR, 2020. Tradução minha).

1.5 A imigração na formação do Brasil independente

Como já explicitado anteriormente, com o aparecimento do conceito de nacionalismo, nação e suas características formadoras, aspectos como cultura e língua, passaram a ser discutidos em uma perspectiva unificadora, que excluía os particularismos presentes em cada sociedade em prol da formação de uma identidade nacional. Esta era a característica do nacionalismo cultural, trazido pelo romantismo, “no qual a língua nacional era o elemento fundamental, juntamente com o folclore demarcador das “tradições populares” (SEYFERTH, 2020, p.125). Com o passar do tempo, foi acrescida a ideia de um povo de raça e cultura

únicas que tinha como modelo os povos europeus, considerados os mais civilizados à época. A partir desta perspectiva, o Brasil então empreendeu um projeto imigratório com o intuito de colonizar as terras. Para um país recém independente era de grande importância se afirmar como nação frente às demais, por isto, era preciso que se definissem dentro de um modelo europeu e civilizado (SEYFERTH, 2000).

A construção da nação enquanto ideologia política do moderno Estado nacional envolve uma **representação ideal de como a sociedade deve ser organizada**. Esse ideal pode abranger tanto um projeto a ser realizado como uma justificativa de práticas correntes. Ele pode ser formulado de forma mais ou menos explícita, adquirir maior ou menor saliência na política segundo variações no tempo e no espaço. (REIS, 1988, p.191. Grifos meus).

No Brasil, a colonização de terras com imigrantes europeus data desde antes da independência e tinha o “objetivo de implementar um modelo de agricultura diverso da grande propriedade monocultora” (SEYFERTH, 2020, p.127), entretanto, após a independência inicia-se uma “corrida” pela consolidação da nação, através da ocupação dos “vazios demográficos” e a formação de um povo civilizado. Isto só seria possível através do contato com outros povos civilizados e nesta empreitada, a imigração teve um papel fundamental. O Sul do país começa então a ser ocupado inicialmente por imigrantes alemães - os quais eram considerados bons agricultores e trabalhadores rurais e portanto, segundo o Visconde de Abrantes, “os mais recomendados para colonizar.” (SEYFERTH, 2020, p.129) -, depois por imigrantes italianos. Entre 1824 e 1850 houve altos e baixos na atração de imigrantes, até que a promulgação da Lei nº 601/1850 facilita e regulamenta a concessão de terras devolutas a imigrantes através da compra, bem como regulariza as terras já em uso (BRASIL, 1850), facilitando assim a atração de imigrantes.

Este processo, baseado na ideia de formação de um Brasil civilizado, excluiu os brasileiros¹⁴, os indígenas e os negros, pois estes eram colocados em uma escala inferior na hierarquia de civilização. O povo negro escravizado, nunca foi considerado como imigrante no Brasil, apenas uma força de trabalho “importada”. A princípio, não eram considerados para a colonização por não serem suficientemente civilizados, posteriormente, foram descartados por serem considerados racialmente inferiores, entretanto rapidamente se tornaram maioria da população residente em território brasileiro, o que era um problema. Portanto, ser negro no

14 Os brasileiros só eram cogitados quando se referia às colônias militares, que eram implementadas muito raramente (SEYFERTH, 2020)

Brasil, especialmente após a abolição, era ser uma ameaça à estabilidade do processo de construção e consolidação de uma identidade nacional brasileira (STOLCKE, 2006).

Surge então, no final do século XIX, o chamado nacionalismo étnico, incluindo a ideia de raça nas características formadoras de uma nação. Tais ideias se constroem a partir das teorias raciais, que tinham como base a teoria de Darwin da evolução das espécies e, em geral, afirmavam a existência de uma hierarquia entre seres humanos.

(...) todas elas [teorias raciais] tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias. (SEYFERTH, 2020, p.126)

No período do Império, apesar de ser nítida a intenção de manter os negros e mestiços fora do projeto de nação, ainda não era explícito. Mesmo já possuindo uma ciência das raças desde 1860¹⁵, somente após a Proclamação da República fica explícito o desejo segregacionista do projeto de nação brasileira, sendo oficialmente incorporado à política de consolidação da nação, a qual manteve ainda sua característica civilizatória. Então agora, a construção do “tipo nacional” brasileiro perpassava a noção de raça, língua e cultura ideais e comuns, o que significava que os negros precisavam ser eliminados e os imigrantes precisavam necessariamente ser assimilados, ou seja, abandonar sua cultura e língua nativas em prol da cultura e língua brasileira.

Para o êxito do projeto nacionalista brasileiro, foi instituída uma política de branqueamento, que dentre outras coisas, definia uma raça ideal e operava através da assimilação e da miscigenação, os quais eram tidos como "mecanismos de formação da nação, vinculando, num mesmo plano, a imigração europeia, a questão racial e as diferenças regionais." (SEYFERTH, 2000, p.84). Estes mecanismos criaram um perfil de imigrantes considerados desejáveis - brancos e europeus - e outro perfil dos indesejáveis – africanos, negros americanos e asiáticos¹⁶. Os desejáveis eram naturalizados automaticamente ao entrar

15 “O Brasil já possuía uma ciência das raças, gestada desde 1860, sob influência da obra de Paul Broca, eminente anatomista e antropólogo francês – conforme periodização e referências em Castro Faria (1952). Até 1877 são trabalhos esparsos, realizados no âmbito das escolas de medicina, versando sobre as origens das raças humanas e temas próximos. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional – lecionado por João Batista de Lacerda. A partir daí, os estudos sobre raças se tomaram mais sistematizados, tanto nos Museus como na Medicina Legal – os pesquisadores interessados, principalmente, na morfologia e classificação de tipos indígenas e de mestiços.” (SEYFERTH, 2020, p.132,133)

16 A década de 1920 foi palco de diversos debates acerca dos imigrantes desejáveis e indesejáveis, “sendo eles: a) o decreto de nº4 247, de 6/01/1921, chamado de lei dos indesejáveis, estabelecia restrição políticas aos

no Brasil, devendo se manifestar somente aqueles que não quisessem, isto permitia além da cidadania, o direito ao voto. Em contrapartida, com o argumento da criação de uma soberania nacional, muitos imigrantes considerados indesejáveis foram expulsos do Brasil, com respaldo no Dec. nº 1566 de 13 de Outubro de 1893¹⁷, sendo proibido o banimento judicial somente em 1926 com a emenda constitucional de 3 de Setembro.

O caráter estratégico da mestiçagem define uma ideologia a ser seguida e no Brasil não foi diferente. As teorias raciais vigentes no século XIX, juntamente ao ideal de branqueamento, criaram uma “ciência das raças” à brasileira, que deu respaldo acadêmico às especulações sobre o poder branqueador do processo de miscigenação herdado nos tempos coloniais.” (SEYFERTH, 2000, p.89). Dentre os teóricos da raça destacavam-se, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e João Batista de Lacerda. “Nos cálculos do senhor João Batista de Lacerda, todos os negros desapareceriam do Brasil pela miscigenação, pois o sangue “superior” do europeu superaria o sangue “inferior” dos africanos e seus descendentes até o final do século XX.” (SOUZA, 2013, p.38).

Lacerda era bastante conhecido por defender que o branqueamento da população se daria no curso de três gerações, em um processo seletivo que se daria de três formas. A primeira forma, sexual – os mestiços e mestiças bem dotadas se casariam com um cônjuge mais claro. Neste processo a mulher negra ainda era incluída pois se acreditava que os genes brancos eram passados pelos homens, consequentemente excluía-se o homem negro do processo de branqueamento, sendo o relacionamento com este totalmente desencorajado tanto às mulheres brancas como às negras. (RESTIER, 2019). A segunda forma era a demográfica – que se daria através da imigração europeia de homens e mulheres. As entradas de imigrantes

imigrantes; b) o de nº 16.300, de 31/12/1923, que dava origem ao mecanismo de triagem médica dos imigrantes, com justificativa de manter a higienização e saúde da nação; c) o decreto de nº 16.761 de 1924, que visava políticas de povoamento do solo nacional especificando os meios de controlar e evitar a entrada de indesejáveis, sendo que a partir de então o imigrante deveria apresentar documentos autenticados que provariam sua origem e conduta; e por fim d) o de nº 18.408, de 1928, que tinha por objetivo a regulamentação e expedição de vistos e passaportes que eram concedidos somente àqueles indivíduos que não se enquadravam na noção de indesejável.” (FRONTOURA, 2017).

17 “Regula a entrada em território nacional e sua expulsão durante o estado de sitio (...) Art. 4º Podem ser expulsos: a) os estrangeiros nas condições do artigo antecedente; b) os que infringirem o disposto no decreto n. 1565 desta data; os que, por qualquer outro modo que não a imprensa, se tornarem culpados de excitação á perpetração de infracções contra a segurança e a tranquillidade públicas, ainda que taes excitações não sejam puniveis segundo a lei territorial; os que pela imprensa ou por outro meio incitarem a desobediencia ás leis ou á revolta e guerra civil, ou excitarem odio ou actos de violencia entre ou contra as diversas classes sociaes, de modo perigoso á segurança ou á tranquillidade publicas; os que, por sua conducta, comprometterem a segurança da União ou dos Estados; os que incitarem aos crimes contra a liberdade de trabalho; os que por qualquer modo, ainda que no exercicio de profissão, industria ou outro genero de trabalho, permittido por conta propria ou alheia, procederem de modo a provocar ou augmentar o mal-estar publico, ou a crear embaraços á tranquillidade e regularidade dos negocios e da vida social.” (BRASIL, 1893)

eram balizadas pelo grau de possibilidade de caldeamento¹⁸ dos imigrantes –; e por último a eliminação gradativa dos "'inferiores' no curso de um processo civilizatório pós-abolição" (SEYFERTH, 2000, p.90).

Já Sylvio Romero, com base no Darwinismo social, defendia a existência de uma hierarquia racial também entre os brancos, portanto para ele um branco nascido da miscigenação seria um branco superior, pois uniria as qualidades de ambas as raças. Para que esta estratégia desse certo, algumas medidas precisariam ser tomadas, como por exemplo, a interrupção do tráfico negreiro; o extermínio dos indígenas; o patrocínio da imigração europeia; e a miscigenação. (RESTIER, 2019). De certa forma, a adoção da miscigenação como parte do processo de branqueamento, fez com que o racismo no Brasil adquirisse uma característica diferenciada em relação aos países que adotavam uma dominação racial explícita. Possivelmente, por conta da visão “humanitária” da escravidão que o governo e a elite insistiam em passar para o mundo - os escravos eram considerados pelos intelectuais como seres humanos, e por isso acreditavam que isto caracterizava a escravidão como menos cruel, o que era uma falácia, pois a escravidão no Brasil não foi, em nenhum sentido, menos abusiva e agressiva que nos demais países (MARX, 1996). Com isto, o mito da democracia racial estava posto à mesa e desta falácia a elite se serve desde então, sempre que preciso, para justificar o racismo e a desigualdade social.

1.6 O Fechamento de fronteiras e o nacionalismo varguista

Por conta da miscigenação, o Brasil não podia formalizar uma ideologia birracial, como aconteceu em outros países, como por exemplo os Estados Unidos. Então as diferenciações raciais se marcavam por características físicas, reforçando aqui o uso do fenótipo como elemento “justificador” da discriminação socioeconômica. A partir de 1930, na Era Vargas, o discurso da 'inferioridade' passa de racial para cultural. As raças consideradas inferiores (negros, índios e seus descendentes mestiços) foram assim deslocadas como culturas inferiores (pouco avançadas ou não civilizadas), a isto Oracy Nogueira define como “preconceito de marca”¹⁹. Esta visão permitia a segregação não somente de negros, mulatos e indígenas, mas também de todos aqueles cuja cultura não fosse compatível com a determinada

¹⁸ Miscigenação.

¹⁹ “‘preconceito de marca’, que seria ‘quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque...’. Esse sistema classificatório baseado no fenótipo apresenta grande plasticidade. Isso implica que as classificações das pessoas quanto ao seu pertencimento racial podem variar dependendo da região, grau de instrução, status social, vestimenta, entre outros marcadores.” (RESTIER, 2019, p. 26)

pelo governo e a elite como a cultura nacional brasileira. Esta visão resultou em uma campanha de nacionalização "para impor o 'abrasileiramento', usando inclusive, efetivos militares." (SEYFERTH, 2000, p.92), aos imigrantes que se recusavam a adotar a cultura e língua brasileira, mesmo àqueles que outrora foram considerados desejáveis e essenciais.

Neste projeto nacionalista, o caboclo - considerado verdadeiro brasileiro e representante da massa dos trabalhadores nacionais -, como fruto da “mestiçagem embaralhada” precisava ser superado. Ele foi colocado em oposição ao imigrante europeu e como critério de diferenciação foram usados a raça e "formulações subjetivas acerca do caráter e da mentalidade", os quais colocavam o caboclo em posição inferior e ao mesmo tempo essencial para a assimilação, sendo considerado "o agente do 'abrasileiramento'" (SEYFERTH, 2000, p.97), pois era detentor da legítima cultura brasileira. Percebe-se então que, no caldeamento, os imigrantes entravam com a raça e os brasileiros com a cultura. Apesar disto, as expedições para as colônias de imigrantes em geral não incluíam os caboclos, mas sim os brancos, permanecendo assim a visão de um povo brasileiro branco, e demonstrando que, a ideia do verdadeiro brasileiro era muito mais discursiva que efetiva (SEYFERTH, 2020). Percebe-se aqui o caráter antropofágico da assimilação à brasileira, ou seja,

(...) não teria nenhuma (ou muito pouca) intenção de uma real integração social da população não-branca, mas sim a incorporação utilitária de seu patrimônio genético e cultural para a formação dos símbolos da nacionalidade, concomitantemente com a sua exclusão e gradual desaparecimento. (RESTIER, 2019, p.30)

Mesmo com a campanha nacionalista, de “abrasileiramento” a qualquer custo, dos imigrantes europeus considerados inassimiláveis, havia um esforço em mantê-los em território nacional, pois apesar de possuírem uma cultura diferente da aceita, ainda havia uma intenção muito perceptível em branquear a população. Entretanto, a segregação criada a partir da organização geográfica das colônias dificultou a continuidade e sucesso desta campanha. Os caboclos e a população negra e mestiça eram mantidos no Norte e os imigrantes europeus, no Sul do país – os agenciadores de imigrantes, em geral, enviavam os imigrantes para as colônias do Sul do país, com a justificativa de que o clima da região Norte não favorecia a adaptação dos europeus. Esta diferenciação intensificou as desigualdades regionais entre Norte e Sul²⁰, as quais foram interpretadas, pelos nacionalistas republicanos, como

20 O Brasil era dividido somente entre Norte e Sul, sendo a divisão em cinco regiões adotada oficialmente a partir de 1942.

desigualdades de raça, acarretando um "desequilíbrio regional" de ordem racial que, de certa forma, permanece até os dias atuais.

Ademais, as tentativas de assimilação no Sul do país não foram bem sucedidas pois "os princípios de atribuição de nacionalidade, [...] não convivem bem com a presença de grupos étnicos - em especial as minorias nacionais - no território da nação" (SEYFERTH, 2000, p.107). Havia à época um discurso que condenava qualquer iniciativa grupal de formalizar identidades étnicas, pois o pluralismo era visto como uma ameaça a unidade cultural, racial e territorial do Brasil. O Estado Novo também não reconhecia as culturas e nacionalismos das minorias presentes em território nacional e ainda as considerava "ameaça à integridade do Estado-nação" (SEYFERTH, 2000, p.107).

O caráter ideológico do nacionalismo varguista, em relação às imigrações, se mostra também nas iniciativas de valorização do trabalhador nacional em detrimento do trabalhador estrangeiro, mesmo que o governo tenha se mantido interessado em continuar a colonização do território com imigrantes²¹.

nos textos legais aparecem referências à "proteção" e "amparo" dos trabalhadores nacionais. As medidas de "proteção" estavam relacionadas ao mercado de trabalho urbano reserva de 2/3 dos empregos para os trabalhadores brasileiros, [...] o mesmo decreto "limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3ª classe", sendo admissíveis apenas aqueles que são "agricultores constituídos em famílias regulares", ou artífices com bilhetes de chamada. (SEYFERTH, 2020, p.279).

Na Europa, à época, as teorias eugenistas segregavam também os brancos da classe trabalhadora, os quais eram considerados uma raça inferior e portanto destinados à 3ª classe dos navios. Nota-se que, o interesse nos imigrantes passou a ser especialmente ligado a tipos de trabalho específicos e a especificidade da lei mostra como a noção de classe estava presente nas políticas de colonização e imigração. Além disto, com base nestas ideias eugenistas, a lista de imigrantes considerados indesejáveis aumentou, incluindo categorias como, deficiência física e mental, idosos, prostitutas, ciganos, entre outros. (SEYFERTH, 2020).

21 "Num longo relatório apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização, Neiva (1944, p. 546) afirmou que a fixação do imigrante é uma "questão de povoamento" pertinente à colonização. O mote contido nessa forma discursiva, "acelerar o povoamento", estava reportado à imigração dirigida para núcleos coloniais, e à ocupação do centro oeste do país por gente civilizada e progressista. Configurava-se aí uma "política demográfica" que envolvia a migração internacional e a interna, esta última julgada necessária para resolver o outro "problema migratório", a assimilação." (SEYFERTH, 2020, p.283)

Percebe-se então, que a era Vargas foi marcada por políticas restritivas e impositivas, em relação aos imigrantes que entravam e aos que já viviam no Brasil, com base em teorias raciais e eugenistas. Tais medidas impediram qualquer tipo de manifestação cultural e étnica que não a dita brasileira, incluindo é claro o uso de qualquer outra língua que não o português, bem como o seu ensino. Além disto, mascarou a política de branqueamento no projeto nacionalista de “abrasileiramento”, o qual pensava as etnias não-brancas apenas em um aspecto cultural, mas mantendo ainda a raça branca como ideal. O alistamento militar também fez parte desta política, ao afastar os filhos das famílias e impor-lhes o patriotismo. Tais medidas, segundo Giralda Seyferth (2020), só tiveram efetividade graças ao caráter coercitivo do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

É preciso lembrar que no Estado moderno as atribuições da escola vão além da simples educação, incluindo a veiculação do patriotismo e dos sentimentos de pertença nacional, e o aprendizado da língua vernácula, conforme enunciados particularistas do nacionalismo. São elementos essencializados do processo de homogeneização cultural, assinalados por Freyre (1940) conformando a unidade luso brasileira (SEYFERTH, 2020, p.288)

O ideal de nação na “era Vargas” foi perseguido com muito afinco, não importando o quanto afetaria as outras nacionalidades presentes em território brasileiro, pois no Brasil deveria haver apenas uma cultura, uma língua, uma raça.

1.7 O advento do refúgio como categoria migratória e sua relação com a política brasileira

Durante a Era Vargas, as políticas restritivas em relação a entrada de estrangeiros no Brasil, fizeram com que o percentual de imigração tivesse uma queda acentuada²². Enquanto isso, no mundo, milhares de pessoas se dispersavam em decorrência das perseguições sofridas

22 “no decênio 1881-1890, o número de imigrantes foi de 451.700; no decênio 1891-1900, 362.606; no decênio 1901-1910, 77.914 (diminuição resultante da supressão de auxílio ao transporte de imigrantes); no decênio 1911-1920, 100.312 (cifra que não foi superior em razão da Primeira Grande Guerra); no decênio 1921-1930, 203.822; e no decênio 1931-1940, chegaram tão somente 22.282 imigrantes (Ribeiro 1943: 60), equivalentes tão-só a 11% do decênio imediatamente anterior. [...] no Estado Novo, [...] se introduziu o regime de quotas, pela Constituição de 1934, e, no mesmo ano, mais restrições. No marco da Constituição de 1937, igualmente restritiva, criou-se o arcabouço jurídico da política imigratória e de estrangeiros brasileira, que cuidava da entrada, da nacionalidade, da extradição, da expulsão, e das reformas do Departamento de Povoamento, que passou a ser o Departamento Nacional de Imigração, e do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, que se tornou a Divisão no de Terras e Colonização. Por fim, o Decreto-Lei 3.175, de 7 de abril de 1941, suspendeu a corrente imigratória para o Brasil.” (ANDRADE, 2005, p.11,12).

durante a Segunda Guerra Mundial. No âmbito da antiga Liga das Nações já havia, desde sua criação (1920), a preocupação com os deslocados em consequência da guerra, mas somente em 1939 é criado o ACLNR (Alto Comissariado da Liga das Nações pra Refugiados)²³, para lidar com as demandas da população refugiada²⁴. “O Brasil, tanto pelo período limitado de participação como membro da Liga, quanto pela dinâmica de sua política interna, não se envolveu nos esforços da comunidade internacional que objetivavam a proteção de refugiados” (ANDRADE, 2005, p.2).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Era Vargas, um novo momento surgiu para a relação entre política internacional e migração no Brasil. Agora, tendo como plano de fundo um mundo dividido em dois polos políticos, cada país deveria escolher um lado para se aliar, o que para o Brasil significava entrar nas discussões acerca do acolhimento dos refugiados ou não. Ocupando o lugar da antiga Liga das Nações, a recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) substituiu o ACLNR pela OIR (Organização Internacional para Refugiados) em 1947, a qual se tornou o principal órgão responsável pelo acolhimento e reassentamento dos 1 milhão de refugiados que não retornaram a seus países de origem²⁵ (MENEZES, 2018). A opção do Brasil por se aliar ao bloco ocidental trouxe consigo então, a possibilidade de participação nas discussões acerca do acolhimento de refugiados²⁶. Esta nova postura propiciou uma reabertura das fronteiras brasileiras à entrada de imigrantes.

Infelizmente esta reabertura estabeleceu critérios extremamente restritivos, muito semelhantes aos existentes no início da República. Tais critérios perpassavam novamente a noção de raça e classe, sendo aceitos somente aqueles refugiados que possuísem condição de serem assimilados e que pudessem reforçar a ascendência europeia, além disto, os critérios também possuíam cunho ideológico, pois aqueles nascidos no lado oriental ou de orientação

23 “Na (...) década de 1930 (dezembro de 1938), foi criado o Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados – ACLNR, que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1939, quando o problema dos refugiados, principalmente judeus oriundos da Alemanha, já se revestia de contornos dramáticos.” (MENEZES, 2018, p.115).

24 A população deslocada só foi reconhecida como refugiada depois de muitos anos de discussões no âmbito da Liga das Nações, tais discussões duraram até o fim da Segunda Guerra Mundial.

25 “Com o fim da guerra, a grande maioria dessas pessoas regressou às suas localidades originárias; contudo, havia cerca de um milhão de pessoas que decidiu não regressar. Os motivos que levaram este “milhão restante” – *last million*, como é conhecido na literatura especializada – a não optar pela repatriação foram, mormente, de cunho político, podendo-se citar, *inter alia*, a total perda de conexão com seus países de origem, os quais haviam sido anexados por outros ou tiveram instalados, no pós-guerra, novos regimes políticos e sociais (Chen 1973: 164; Bolesta-Koziebrodzki 1962: 156)” (ANDRADE, 2005, p.2)

26 “O Brasil foi escolhido pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU para integrar o Comitê Consultivo do ACNUR, que funcionaria como organismo subsidiário da Assembleia Geral (ONU, 2005, p. 228). E em 1960, o país foi o primeiro país da região do Cone Sul [...] a ratificar a Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, por meio do Decreto Legislativo n.11, de 07 de Julho, promulgado pelo Decreto 50.215, de 28/01/1961, já durante a administração de Jânio Quadros (DE SÁ, 2011, p.83)” (SILVA, 2013, p.124)

comunista não eram aceitos e além destes, também aqueles que pudessem representar concorrência aos trabalhadores nacionais (ANDRADE, 2005).

Recomendava o conselheiro Neiva a vinda, nesta ordem de prioridade, de baltas (lituanos, letões e estonianos), ucranianos, poloneses, russos brancos (não comunistas) e iugoslavos (Neiva 1949: 42). Dois anos após o relatório do sr. Neiva, ainda se esboçavam as instruções a serem observadas quanto à definição de refugiado, ao regime legal de entrada no Brasil, às categorias de refugiados, ao regime de seleção, e às comissões de seleção (*Rio Branco 1949a: 1-8*). (ANDRADE, 2005, p.16)

Segundo Célia Sakurai e Odair Paiva (2004), o discurso que justificava as imigrações era baseado em três critérios, são eles: o discurso humanitário – o qual era direcionado a países que possuíam condições de acolher refugiados –; a questão demográfica – “o excesso de população era um problema para aqueles países em fase de reconstrução” (SAKURAI e PAIVA, 2004, p.7) – e; a qualificação da mão de obra –

O desenvolvimento econômico no período foi compreendido enquanto uma tríade composta por: industrialização - desenvolvimento do mercado interno - ampliação do mercado externo. A imigração esteve intimamente ligada a esta discussão, no momento em que a necessidade de mão-de-obra especializada para o cumprimento do objetivo de desenvolvimento era imprescindível. Tomando o caso do Brasil, por exemplo, nos anos 1950 se iniciou um intenso movimento para se modificar o modelo de desenvolvimento até então vigente, baseado fundamentalmente na agricultura. (SAKURAI e PAIVA, 2004, p.7, 8).

Apesar de todas estas restrições e de ter prometido receber entre 40.000 e 700.000 refugiados, o Brasil recebeu somente cerca de 29.000 (SILVA, 2013). Um dos locais de recepção e abrigo destes refugiados foi a hospedaria da Ilha das Flores²⁷, localizada no Rio de Janeiro e construída com o propósito de receber os imigrantes que chegavam ao Brasil no Século XIX, época de maior fluxo de imigração do Brasil (MENEZES, 2018). É importante ressaltar que a atuação de instituições e organizações não-governamentais, em especial a

27 “A hospedaria da Ilha das Flores foi construída no ano de 1883, quando se desenhava o que viria a ser conhecido como a Grande imigração. Foi a primeira hospedaria construída pelo governo central e funcionou, como hospedaria, até o ano de 1962, quando se tornou presídio militar. A “ilha” (hoje não mais ilha, devido aos aterros que a ligaram ao continente) localiza-se ao fundo da Baía da Guanabara, na atual cidade de São Gonçalo, sendo hoje um destacamento da Marinha do Brasil. Um convênio firmado entre a Marinha e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro possibilitou a criação do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, no ano de 2010.” (MENEZES, 2018, p.110)

Igreja Católica, foi essencial na recepção daqueles refugiados considerados indesejáveis, os quais foram alocados em sua maioria nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A recepção de refugiados e deslocados seguiu-se até o início do governo militar, em 1964. A partir de então a entrada de imigrantes sofre novamente um recuo, em consequência de políticas restritivas e fechamento de fronteiras. Inicia-se então um período da história brasileira em que entrar e/ou permanecer em território brasileiro era considerado um desafio, pois com o governo constantemente em busca “da eliminação do denominado ‘inimigo interno’” (SILVA, 2013, p.130), não se encaixar no perfil aceitável era um problema. Diversos Atos Institucionais restringiam a ação das pessoas em território nacional e novamente definiam um perfil de pessoas desejáveis e indesejáveis, a única diferença desta vez é que acrescia a este perfil também os nacionais. Para os refugiados o problema era um pouco maior, pois além de indesejáveis eram considerados uma possível ameaça.

Os Decretos-lei n. 941/1969 e 66.689/1970 estabeleciam as diretrizes globais da situação jurídica dos estrangeiros no país, que eram passíveis de expulsão, caso atentassem contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a moralidade pública e a economia popular. (SILVA, 2013, p.129)

As constantes perseguições e prisões, de cunho político-ideológico, fizeram com que o Brasil deixasse de ser um país receptor de refugiados para se tornar um país “produtor” de refugiados. Mais uma vez aqui ressalta-se o papel da Igreja Católica no acolhimento e reassentamento destes deslocados em países da América do Sul, em especial através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. “Os endereços da Cúria Metropolitana em São Paulo ou no Rio de Janeiro eram os mais procurados por refugiados ou perseguidos.” (SILVA, 2013, p.134). Esta postura do governo brasileiro não era bem vista pelos órgãos internacionais, em especial a ONU, do qual o Brasil fazia parte. Diante desta situação o ACNUR o qual se viu obrigado a ver de perto a situação brasileira e, em 1977 instalou um escritório não-oficial no Rio de Janeiro com a intenção de conceder status de refugiado aos perseguidos e possibilitar assim sua saída do país. Tal atitude não foi bem recebida pelo governo brasileiro, o qual permitiu a permanência do ACNUR em solo nacional, entretanto proibia sua ação como organização internacional. Além disto, o governo não reconhecia o status de refugiado aos deslocados, a não ser que fossem europeus, mesmo assim concedia-lhes visto de turista por um período máximo de seis meses (SILVA, 2013).

Este quadro só obteve reversão no final dos anos 1970, com a revogação do AI-5 em 1978 e a Lei de Anistia em 1979, a qual possibilitou o retorno dos exilados. Em 1980 foi

criado o Estatuto do Estrangeiro, o qual “tem sua base fundada na antiga doutrina da segurança nacional” (KENICKE e LORENZETTO, 2017, p.196) e portanto mantinha diversas restrições em relação ao perfil dos imigrantes e refugiados que entravam/residiam no Brasil e também dos emigrantes. Isto dificultava o acolhimento e proteção, bem como o reassentamento dos deslocados, acentuando as incertezas inerentes ao trânsito migratório, atrasando o processo de integração na sociedade de acolhida²⁸.

O Estatuto do Estrangeiro define o migrante por exclusão (RAMOS, 2008, p. 748) e regula sua entrada a partir de condições arbitrárias fundamentadas em nocividade ‘à ordem pública ou aos interesses nacionais’, ou conforme seja a presença do migrante inconveniente “no território nacional, a critério do Ministério da Justiça” (KENICKE e LORENZETTO, 2017, p.198, 199).

Apesar deste aspecto, o Brasil passa a receber alguns refugiados considerados anteriormente indesejáveis como, por exemplo, os iranianos, representando o primeiro grupo de refugiados não europeus a entrar oficialmente no Brasil por intermédio do escritório do ACNUR ainda situado no Rio de Janeiro (SILVA, 2013).

Nota-se então que o Estatuto do Estrangeiro manteve algumas características restritivas de leis anteriores, relaxando outras. Além disto, dividiu a coordenação do acolhimento, delegando as questões relativas à segurança de fronteiras à Polícia Federal e a coordenação das demais atividades ao recém criado CNIg (Conselho Nacional de Imigração), ligado ao Ministério do Trabalho e a partir de 2003, “composto por representantes do Ministério da Justiça, da Saúde, Educação e Relações Exteriores” (SILVA, 2013, p.139).

Em 1987, o então Conselho Nacional de Imigração no início dos anos 80 produziu a Resolução n.17 – que recebia estrangeiros temporários, não como refugiados, mas que também eram vítimas de perseguição em razão dos regimes ditatoriais em seus países de origem (BARRETO, 2010, p.18 *apud* SILVA, 2013, p.137).

28 “A principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das disposições presentes na lei de 1980 estão em flagrante descompasso com as disposições relativas ao respeito dos direitos humanos presentes na Constituição de 1988 (ACNUR *et al.*, 2007). A inconsistência da legislação de 1980 é apontada como um ponto fraco das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos emigrantes brasileiros em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais.” (REIS, 2011, p.59)

Isto demonstra que, a despeito dos avanços necessários ainda não alcançados, já era possível perceber uma mudança em relação ao acolhimento de refugiados e imigrantes despontar no horizonte.

Em meados dos anos 80, com os pareceres do Ministério das Relações Exteriores e os discursos do Presidente Sarney na Assembleia da ONU, demonstrava-se a mudança de rumo que o governo brasileiro pretendia dar à política externa no que se refere aos direitos humanos em geral e aos refugiados em particular (TRINDADE, 2006, p.227,228 *apud* SILVA, 2013, p.140).

O início dos anos 1990 foi marcado pela entrada de centenas de solicitantes de refúgio, vindos majoritariamente do continente africano, em especial de Angola. O governo neste período apenas concedia documentação, ficando a tarefa de se integrar na sociedade por conta da pessoa deslocada (SILVA, 2013). O Rio de Janeiro foi o local que mais recebeu estes imigrantes. “O aeroporto do Rio de Janeiro é uma das importantes portas de entrada no país para os angolanos, pois é onde chega o voo que sai de Luanda para o Brasil” (AYDOS, 2010, p.131)²⁹. Já em 1997, após larga participação do Brasil em foros internacionais sobre direito dos refugiados, surge a Lei nº.9.474/1997 que institui o Estatuto dos Refugiados, como fruto do Projeto de Lei sobre Refugiados, enviado ao Congresso Nacional em 1996 pelo Programa nacional de Direitos Humanos³⁰, apesar de o Estatuto do Estrangeiro permanecer em vigor (SILVA, 2013).

A Legislação criada em 1997, então, incorporou tanto as diretrizes da Convenção de Genebra de 1951 e do Protocolo Adicional de 1967 da ONU, assim como a Declaração de Cartagena de 1984, a respeito da situação e

29 “graças às relações entre Brasil e Angola, ligadas em parte aos investimentos da Petrobrás e da Odebrecht em Angola, que pressionou para a abertura da linha aérea Rio de Janeiro-Luanda, foram estabelecidas uma série de redes entre os dois países a partir da cidade do Rio de Janeiro. Estas redes consolidaram-se na cidade com imigrantes chegados nas décadas anteriores, estabelecendo inclusive um importante comércio informal entre as cidades do Rio de Janeiro e Luanda, conhecido como “mukunza” (Petrus, 2001).” (AYDOS, 2010, p.132). “desde o final de 1992 / início de 1993 (período pós-eleições em Angola e de recrudescimento dos conflitos naquele país – inclusive na capital Luanda), solicitantes de nacionalidade angolana começaram a chegar em maior número. No final de 1992, a Cáritas – RJ chegou a receber 300 pedidos de refúgio de pessoas fugidas de Angola em um único mês – número que continuou muito alto ao longo de 1993, 1994, 1995 e voltou a crescer de 1998 até 2001, em função dos períodos de maior intensidade dos conflitos em Angola (PETRUS, 2001)” (PETRUS, 2010, p.89).

30 “O Programa nacional dos Direitos Humanos foi o primeiro para a proteção e promoção dos Direitos Humanos na América Latina, e o terceiro no mundo (MESQUITA NETO, 2011, p.269), e a proposição mais concreta para conformar uma política real de direitos humanos no país até aquele momento (GONZALEZ, 2010, p.7)” (SILVA, 2013, p.143).

proteção de refugiados (SOARES, 2002, p. 403 *apud* SILVA, 2013, p.144).

O início do século XXI trouxe novas ondas migratórias em direção a América do Norte e Europa, principalmente de brasileiros e argentinos, em busca de trabalho e ascensão social. “Estes novos movimentos migratórios são uma continuação de processos históricos que tiveram início no século XV, com a expansão colonial europeia.” (CASTLES E MILLER, 2004, p.188. *Tradução minha*). É importante ressaltar aqui que, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 geraram um sentimento de medo e repulsa em relação a imigrantes, o que culminou em diversas políticas restritivas que tiveram como consequência o aumento do número de ilegais e de pessoas que utilizam de coiores para entrar em algum país, correndo risco de serem presos e até mesmo morrer (CASTLES e MILLER, 2004). Tais políticas também espalharam-se por diversos países, que fecharam suas fronteiras, principalmente para imigrantes árabes, asiáticos e latinos, o que causa até hoje controvérsias, pelo seu teor xenófobo.

Um fator de grande influência no processo de escolha do país de acolhida é a fronteira, aberta ou fechada (WENDEN, 2016). Políticas migratórias podem fazer com que um país receba mais ou menos migrantes, um exemplo disto é que o Brasil, em função dos fluxos de haitianos vindo para seu território a partir de 2010, permitiu que estes recebessem visto humanitário, que os concedia status equiparável ao de refugiados, podendo ter acesso a serviços, trabalho e moradia. “Entre 2010 e 2015, foi registrada pelo Sincre a entrada, no Brasil, de 85.079 imigrantes [haitianos]. (...) Os vínculos formais de trabalho ampliaram-se de 508, em 2011, para 23.017, em 2014” (BAENINGER e PERES, 2017, p.128). Entretanto, apesar disto, metade da população haitiana no Brasil manteve-se irregular ou desempregada. Atualmente os haitianos tem migrado para as grandes capitais do país, onde há maior oferta de emprego, a UniCamp registrou que 33% dos haitianos residentes no Brasil migraram para a região metropolitana de Campinas, em 2019 (G1, 2019).

O Brasil, instituiu em 2017 a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445), considerada uma das mais modernas do mundo, por seu caráter humanitário. Uma novidade importante nesta lei é que ela muda o termo estrangeiro – presente no texto das leis anteriores – para migrante (imigrante, apátrida), isto representa um avanço na forma como o (a) migrante é visto (a) perante a lei, já que no governo Vargas, o estrangeiro era visto como “alienígena”, “ou seja, como não pertencente ao Estado ou a Nação. No texto da nova lei ele é aproximado como indivíduo comum aos nacionais.” (FRONTOURA, 2017). Apesar deste avanço considerável,

ainda há a questão dos refugiados que não tiveram especificações sobre seus direitos. “o artigo 121 da Lei 13445/2017 afirma que, para sua aplicação, é necessário observar as disposições feitas na Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997, que estabelece mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e as políticas de acolhimento derivadas.” (FRONTOURA, 2017).

2 BREVE ETNOGRAFIA DOS REFUGIADOS WARAO EM NOVA IGUAÇU

O Brasil tem recebido, desde 2015, uma onda migratória de venezuelanos que, a princípio, passou despercebida, em função do número de imigrantes (que à época ainda era pouco) e também do local de entrada (Estado do Norte do país), o qual não recebe tanta atenção do Governo Federal (HEBENBROCK, 2018). Entretanto, não demorou muito para que sua presença recebesse atenção, devido ao rápido aumento do número de migrantes ao longo destes anos. “O fluxo de venezuelanos e venezuelanas é o maior êxodo da história recente da América Latina e a ONU estima que mais de 4,7 milhões de pessoas já deixaram seu país de origem.” (ACNUR, 2020).

Em 2019, o Brasil passou a conceder a venezuelanos e venezuelanas o status de refugiados, por meio do procedimento facilitado de *prima facie*. “Cerca de 21 mil venezuelanos vivendo no país se beneficiaram da decisão tomada (...) pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE)” (ACNUR, 2020). Tal condição só é possível, porque o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) reconheceu que a situação dos venezuelanos é de grave e generalizada violação de Direitos Humanos, como consta na Lei de Migração (BRASIL, 2017). “Até o momento, mais de 37 mil venezuelanas e venezuelanos foram reconhecidos no Brasil, tornando-se o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina” (ACNUR, 2020).

Dentre estes venezuelanos, “cerca de cinco mil são indígenas pertencentes as etnias Warao, Pemon, Enepa, Karina e Wayuu, (...). Os Warao representam 65% desse contingente de indígenas deslocados.” (ACNUR, 2020). A etnia Warao é uma das mais antigas e numerosas da Venezuela, tem uma organização social e comunitária própria e sua história foi profundamente afetada pelas dinâmicas governamentais ao longo de dois séculos. O objetivo deste trabalho é, então, verificar como se dá a dinâmica de integração e socialização de uma

família de venezuelanos, Warao, aqui no Brasil, especificamente em Tinguá³¹. A metodologia utilizada consistirá em observação participante e entrevistas³².

2.1 A COVID-19 e uma nova mudança na dinâmica migratória do Brasil

Em 2020, o mundo se viu às voltas com o aparecimento de uma nova versão do vírus Sars-Cov, o novo coronavírus, o qual transmite a COVID-19, um vírus que se propaga com extrema facilidade e possui um alto índice de contaminação. Em poucos meses, este vírus se espalhou por todo o mundo.

Se tratando do atual momento epidêmico, provocado pela Covid 19, a população Warao é um dos grupos mais vulnerável, em nosso país. Os povos indígenas, em si, são imunologicamente frágeis às infecções respiratórias, sendo ainda hoje, uma das causas de maior mortalidade nas comunidades indígenas em geral. Em relação à população Warao esse risco aumenta, pois, de acordo com dados fornecidos pela ACNUR (2020), das causas de mortes de Warao, ocorridas nos últimos três anos no Brasil, mais de 43% dos 83 óbitos foram por síndromes respiratórias. (SANTOS, 2020, p.15)

Além disto, a tensão em torno do ainda desconhecido, a falta de imunizantes e a possibilidade de se contaminar apenas por estar próximo de alguém infectado fizeram com que o distanciamento social fosse crucial, para o combate a este vírus. Juntamente ao distanciamento surge a desconfiança, pois se não se sabe de onde uma pessoa veio e quais os seus hábitos, ela pode representar um perigo, uma ameaça. Tal pensamento não demorou muito a atravessar o caminho de pessoas refugiadas e migrantes e somado a ele, medidas que restringiam o deslocamento, dificultavam a inserção e integração na sociedade de acolhida e consequentemente, tornavam tais pessoas mais vulneráveis a COVID-19.

Uma destas medidas, por exemplo, foi a Portaria nº 478, de 14 de outubro de 2020, a qual estinge, por um período de trinta dias, a entrada de estrangeiros por motivos de proteção sanitária, ou seja, retoma uma ideia antiga de que a pessoa migrante é um vetor de doenças e uma ameaça a estabilidade da nação. Na verdade, esta ideia, é acessada sempre que um país ache necessário restringir a entrada de determinadas nacionalidades, sem que isto tenha um cunho “não-humanitário”. Segundo Svetlana Ruseishvili (2020), a noção de que o “o vírus viaja”, depende da existência de um condutor e é este fator que acelera a tomada de decisão

³¹ Nova Iguaçu é a quarta cidade mais populosa do estado do Rio, uma das cidades que compõem a baixada fluminense. Ela possui 9 URG (Unidades Regionais de Governo), subdivididas em um total de 68 bairros e Tinguá é uma destas URGs que se subdivide em 5 bairros e mais um bairro não oficial chamado “Cidade Jardim Parque Estoril”, localizado próximo à Reserva Biológica Federal do Tinguá (REBIO Tinguá).

³² Todos os nomes utilizados são pseudônimos, com o intuito de preservar a identidade dos envolvidos.

pelo fechamento de fronteiras que, somada a medidas restritivas e à insegurança pessoal em relação à um vírus desconhecido, fizeram então com que os números de entrada e saída do Brasil diminuíssem bruscamente.

Segundo os dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) disponíveis desde 2010, observa-se que a queda ocorrida nos movimentos (entradas e saídas) nas fronteiras brasileiras a partir de março de 2020 não tem precedentes na série histórica. A título de ilustração, o volume médio mensal de movimentos no ano de 2019 era de quase 2,5 milhões, enquanto, nos meses de abril e maio de 2020, esse número girou em torno de 90 mil, caindo ainda para menos de 40 mil em junho e julho. Observa-se, ainda, que os movimentos voltaram a aumentar no mês de agosto, mas ainda sem chegar a um patamar comparável ao que se observava nos anos anteriores (menos de 200 mil). (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2020, p.15)

Além disto, é preciso ressaltar que os movimentos migratórios não são iguais, o número daqueles que se deslocam temporariamente, a turismo ou trabalho, é muito maior do que o número de pessoas que se deslocam definitivamente.

Embora alguns governos tentem promover uma assimilação entre a figura do migrante e a disseminação do vírus, os fatos têm desmentido esse argumento. Uma investigação do The Intercept¹⁷³ mostrou que em ao menos 93 países o paciente zero tinha vindo ou tinha passado por algum país da Europa. A maioria deles viajou de avião e por um período curto: negócios, turismo e visitas de curta duração. (RUSEISHVILI, 2020, p.162).

Um outro fator, ressaltado por Ruseishvili, é a possibilidade de escolha pela imobilidade, algumas pessoas não tem este privilégio, não podem se isolar em suas casas e aguardar a pandemia passar, precisam trabalhar para suprir suas necessidades ou continuar tentando fugir de uma situação que ameace sua vida. “A pandemia nos ensina que o impacto da mobilidade na vida das pessoas só pode ser pensado em relação ao seu binômio, a imobilidade, a fixidez.” (RUSEISHVILI, 2020, p.163).

2.2 Quem são os Warao?

Antes de começar a falar acerca da etnografia com os Warao, que residem em Tinguá, é pertinente conhecer um pouco quem é este povo. Os Warao são a segunda etnia mais populosa e uma das etnias indígenas mais antigas da Venezuela, “habitando o delta do rio Orinoco há pelo menos oito mil anos. O nome desse grande rio, inclusive, deriva da palavra

na língua warao, *Wirinoko*, em que *Wiri* significa onde remamos e *Noko*, lugar.” (ACNUR, 2020, p.13).

Geograficamente, os Warao ocupam um território que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e por parte dos estados de Monagas e Sucre, no delta do rio Orinoco, região Nordeste (...). Os municípios de Antonio Díaz e Pedernales, locais de origem de muitos dos Warao que hoje estão no Brasil, são áreas de maciça presença indígena, constituindo 92% e 69% da população total, respectivamente (ACNUR, 2020, p.13).

Constam relatos a seu respeito desde o período pré-hispânico. Sua economia de subsistência foi baseada na coleta até o início do século XX. A coleta, feita pelas mulheres, consiste na busca de alimentos e pequenos animais para o sustento da comunidade. Esta atividade requeria grandes deslocamentos para encontrar alimento, como frutas, sementes e a *Yuruma*, amido extraído da árvore Buriti, considerada a árvore da vida pelos Warao, pois dela aproveitam tudo, para alimento, confecção de artesanato e também remédios.



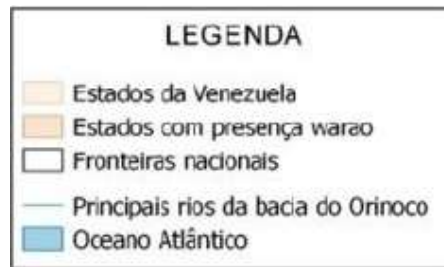


Figura 1: Mapa da Venezuela com destaque para os estados onde a etnia Warao habita

Fonte: ACNUR (2020)



Figura 2: Mapa da Venezuela dividido em estados, com destaque para os estados de Monagas e Delta Amacuro, onde tradicionalmente se encontram os Warao.

Fonte: Google

Em 1915, a introdução de missões católicas auxiliou na mudança de economia extrativista para agricultura, pois as missões tinham o intuito de fixar os Warao para facilitar a catequização, “além disso, a agricultura era a base econômica das missões.”. Esta mudança

também introduziu o trabalho assalariado na rotina dos Warao, modificando a organização familiar destes, a qual era centrada na mulher – que possuía participação relevante na economia tradicional – e agora passa a ser centrada no homem e a família que antes era composta por pessoas que agregavam-se à comunidade, totalizando, certas vezes, até mesmo 200, 300 pessoas, com o sogro como líder, agora passa a ser nuclear, tendo o genro como líder. Além da catequização, na década de 1960, outra atividade mudou o modo de vida dos Warao, o represamento do rio Manamo³³. Tal atividade teve sérias consequências para os Warao, pois a salinização do mesmo fez com que se tornasse inviável tanto a plantação quanto a pesca. Como resultado disto, os Warao foram obrigados a se deslocar para outras cidades e assim, mais de 20 comunidades Warao desapareceram. Além disto, sua organização social, que antes era em grupo, passou a ser individual, com cada família cultivando sua própria roça ou empregando-se em roça de outros produtores.

Durante a década de 1990, dois acontecimentos, mais uma vez, influenciaram no modo de vida Warao, obrigando-os a se deslocar. O primeiro foi uma epidemia de cólera, entre 1992 e 1993, que levou a óbito quase 500 Warao. Houve uma tentativa de cura destas pessoas, por parte dos curandeiros, mas estes também se contaminaram e morreram, então foram obrigados a buscar ajuda e tratamento médico nas cidades. Esta epidemia acabou por ser associada ao estilo de vida indígena, sendo tratada, até mesmo, como um “problema indígena”. As autoridades de saúde então estabeleceram

(...) grupos de pessoas “salubres” e “insalubres”; de acordo com as categoriais raciais crioulo e indígena, o país foi dividido em áreas “seguras” e áreas de risco”. Os pobres, sobretudo os indígenas, foram culpabilizados pela epidemia, e tratados de maneira violenta e discriminatória. (ACNUR, 2020, p.17)

A partir deste pensamento, os Warao foram deslocados para uma ilha (de La Tortuga), para que ficassem isolados, mas as péssimas condições de vida os obrigou a sair, mesmo sem autorização do governo. O segundo, foi a exploração petrolífera, em Pedernales, município do

33 O rio Manamo, faz parte do delta do Orinoco, ao longo de seu curso viviam diversas comunidades Warao. Seu represamento tinha como objetivo principal “impedir que as enchentes sazonais do rio Orinoco inundassem milhares de quilômetros, supostamente adequados para a agricultura.” (ACNUR, 2020, p.). “Para os indígenas Warao, segundo os depoimentos coletados pela comissão, a presença da indústria petrolífera afetou o ambiente natural do delta do Orinoco, comprometeu os locais sagrados, perturbou comunidades antes isoladas, contaminou habitats e recursos naturais associados a sobrevivência de grupos ancestrais, introduziu novas enfermidades, como o HIV, e proliferou doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose e outras. Eles denunciaram, inclusive, a ocorrência de abusos e violência sexual contra crianças e mulheres indígenas por trabalhadores de companhias petrolíferas, a compra de meninas para a prostituição, o consumo problemático de bebidas alcoólicas e de drogas ilegais.” (ACNUR, 2020, p.16).

Estado de Delta Amaruco, “uma das mais importantes Reservas da Biosfera do planeta, cuja a maioria da população é composta por indígenas Warao, (CASTRO, 2000/2006 apud SANTOS, 2020, p.5).

De acordo com Rosa (2020), a exploração de petróleo na região teve início em 1994, por meio do acordo operacional firmado entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a multinacional British Petroleum. Dentre as atividades que mais afetou este território estão: um programa intenso de explosões sísmicas para detectar a localização do petróleo, vazamentos de óleo e o despejo de resíduos poluentes nas margens do rio Manamito, afetando novamente à vida indígena. (SANTOS, 2020, p.5,6)

Percebe-se, então, que os deslocamentos dos indígenas Warao tem se dado não como um estilo de vida, mas como resultado de intervenções externas e como um modo de sobrevivência. Por conta destes deslocamentos forçados, muitas vezes os Warao ocuparam os espaços urbanos, como local temporário de moradia. Apesar disso, Garcia Castro (2000) nos mostra que, como estratégia de sobrevivência de sua cultura e etnicidade, os Warao adotam determinado estilo de vida, por determinado tempo, como forma de interagir com a sociedade ou grupo de acolhida, modificando alguns aspectos de sua etnia. A isto ele chama de “Zona de contigüidade étnica” ou “Fronteira de interrelação social”

(...) esta Zona de Contigüidad Étnica, o frontera de interrelación social, aparece caracterizada por la puesta en práctica por parte de ambos grupos, de un código expreso de normas reguladoras de dicho encuentro. En lo que corresponde a los Warao, estas reglas que, modificando sus conductas habituales les permite insertarse en la cultura urbana. (GARCIA CASTRO, 2000, p.80)

Esta mudança de conduta, tem a intenção de manter os aspectos identitários de sua etnia; manter a coesão do grupo, posto que a mudança de comportamento não é individual, mas sim grupal, todos estão cientes que é preciso adaptar-se por um momento, até que possam retornar à seu local de origem; se envolver o menos possível com a sociedade de acolhida e assim, por fim, ter a possibilidade de se distanciar facilmente da cultura de acolhida, assim que for possível retornar à seu local de origem. Este tipo de comportamento foi desenvolvido, a partir dos acontecimentos supracitados que os obrigaram a deslocar-se, como estratégia de sobrevivência da identidade étnica Warao. Nota-se então que os Warao, apesar de se adaptarem, de certa forma, fazem isto deliberadamente, não é como se fossem obrigados a

agir de determinada maneira. A forma como se adaptam é coletiva e previamente pensada "para obtener ciertos beneficios inmediatos de índole económica y además con un mínimo de compromiso con respecto a ambas culturas." (GARCIA CASTRO, 2000, p.83).

A adaptação de seu estilo de vida, consiste, dentre outras coisas, em adaptar a atividade da coleta, a qual era feita na floresta e agora é feita nas ruas das cidades, esta adaptação cria uma reconfiguração do tipo de coleta, mas não de seu objetivo. Portanto, para os Warao, pedir dinheiro nas ruas não tem o mesmo sentido que mendigar, pois, assim como, tradicionalmente, as mulheres saíam às matas para conseguir alimento para sua comunidade, sair às ruas para pedir dinheiro para obter alimento tem o mesmo sentido. Ademais, o objetivo da coleta das cidades é suprir as necessidades do local de origem, não ficar na cidade.

A prática de pedir dinheiro nas ruas ocorre de forma sistemática desde o início da década de 1990, quando, em virtude da epidemia de cólera que se abateu sobre os Warao, um grupo de indígenas se organizou para ir até San Félix, solicitar assistência governamental. Nessa cidade, dirigiram-se ao mercado público, onde as pessoas, sem que eles pedissem, começaram a lhes entregar comida, roupas e dinheiro. Ao saírem nas ruas, do mesmo modo, as pessoas lhes entregavam dinheiro pelas janelas dos carros. Com isso, por mera casualidade, as mulheres perceberam o sentimento de solidariedade que despertam nas outras pessoas, sobretudo quando acompanhadas por seus filhos. (ACNUR, 2020. p.19)

A partir de então, a prática da coleta foi adaptada ao novo estilo de vida Warao, na cidade, mostrando que, historicamente, os venezuelanos, como parte da “Fronteira de interrelação social”, entendem que esta é uma prática da cultura indígena Warao e portanto não veem como um problema, chegando até mesmo a diferenciar a coleta Warao da mendicância dos demais venezuelanos, representando para estes uma ameaça, tendo em vista a predisposição de darem dinheiro aos Warao e não aos mendicantes. Um outro dado importante é que os Warao não tem o costume de produzir artesanato para a venda, como outras comunidades/etnias indígenas, reforçando assim a necessidade de manutenção da atividade da coleta (GARCIA CASTRO, 2000).

Um outro aspecto importante, da cultura Warao, pra esta pesquisa, é o papel da mulher na organização comunitária e sua relação com os filhos. A mulher, tradicionalmente, é o centro da organização familiar e social Warao. Como administradora do lar e coletora, a mulher Warao se torna responsável pela manutenção e organização da comunidade. A elas também se deve a educação e cuidado das crianças, mantendo-as perto sempre que possível, inclusive durante as expedições de coleta.

El elemento femenino surge en la cosmovisión Warao, como um símbolo de procreación, de orden, de administración, de protección e incluso de retaliación. Entre las diversas versiones de la creación del mundo Warao, se le atribuye a la mujer, por transformación de la sangre uterina, la formación de la tierras y la topografía específica del delta bajo [...]. Ser mujer en la sociedad Warao requiere de un conocimiento íntimo acerca de los vínculos que existen entre lo telúrico, cultural y cósmico en su altamente animado universo de múltiples estratos (LAFÉE- WILBERT, 2008, p.51 *apud* SANTOS, 2020, p.10).

Esta prática tradicional, também adaptou-se ao contexto urbano, onde as mulheres levam seus filhos para a coleta urbana. Entretanto, como uma prática ainda desconhecida, no Brasil, como parte de sua cultura, a coleta aqui é vista como mendicância e a presença de crianças é mal vista, o que pode causar sérios problemas para os Warao. Por isto, em diversas situações, a dinâmica organizacional dos grupos migrantes Warao, novamente tem que mudar, passando as crianças a ficarem em casa com os pais ou, até mesmo, os homens saindo para fazer a coleta no lugar das mulheres, enquanto estas ficam somente com função administrativa do lar e o cuidado das crianças, isto inclui o acompanhamento educacional das mesmas.

2.3 Waraos em Nova Iguaçu

Chegar até os Warao, que atualmente residem em Tinguá, não foi fácil e não somente pela distância e dificuldade de acesso, mas também descobrir que ali havia um grupo de imigrantes venezuelanos, indígenas, da etnia Warao. Minha orientadora foi informada de que havia um grupo de venezuelanos indígena em Nova Iguaçu, os quais recebiam suporte do CRAS (Centro de Referência em Ação Social). Com esta informação, passei a pesquisar os CRAS de Nova Iguaçu, para ver se os encontrava, mandei mensagens via whatsapp, Messenger, liguei e só consegui obter resposta de um CRAS, dizendo que não eram eles que atendiam os venezuelanos e que me passaria o contato do outro CRAS, esperei alguns dias e nada do contato. Eu já estava quase desistindo de fazer pesquisa de campo quando minha orientadora me deu a notícia de que um grupo de pesquisa, da UFRRJ, estava pesquisando os Warao, em Nova Iguaçu.

Logo ela me passou o contato da professora coordenadora do grupo de pesquisa, entrei em contato pra obter informações. Fui muito bem recebida pela professora e pelo grupo, participei de uma reunião para saber como era a dinâmica de trabalho – o grupo, composto essencialmente por mulheres, fez algumas idas a campo, mas agora sentiam a necessidade de

ter uma certa frequência - e a agenda de idas a campo – as idas foram organizadas de forma semanal, intercalando a presença das pesquisadoras, permanecendo fixas somente uma doutoranda e eu, tendo em vista nossa necessidade de obter informações. Tudo acertado, agora bastava ir e ver com meus próprios olhos se este seria o meu campo ou não.

A família Warao, que reside em Tinguá, é composta de aproximadamente 25 pessoas, entre adultos, adolescentes e crianças. Como os Warao chegaram a Parque Estoril (Tinguá – NI) foi o primeiro questionamento que veio à minha mente, pois eu já conhecia o bairro, devido a uma amiga ter casa de campo lá, então já havia ido algumas vezes e sabia o quão distante do centro, da cidade do Rio de Janeiro e também do centro de Nova Iguaçu, este bairro é. Esta resposta logo apareceu na primeira ida a campo. O dia começou cedo, encontrei Sandra no local combinado, pegamos um uber e fomos ao encontro dos Warao, a viagem durou cerca de uma hora e meia e neste tempo, pude conhecê-la melhor, bem como sua experiência com os Warao, pude perceber que haviam ainda muitas incógnitas acerca da temática do refúgio, da migração e sobre os indígenas, pois por sua pesquisa ser voltada para a área pedagógica, estes elementos não faziam parte de seus estudos prévios, porém como ela desejava entender as motivações da migração, deste grupo, para o Brasil, muitas perguntas me foram feitas ao longo do caminho. Isto me fez perceber o quanto esta temática ainda necessita ser disseminada.

Ao chegar ao nosso destino – CRAS Terra de Marambaia, um lugar muito humilde, localizado em uma rua sem asfalto e cercada por árvores e mato, com pouquíssimas casas ao redor – fomos direto à recepção e perguntamos onde os Warao estavam. Como o grupo de pesquisa já havia ido outras vezes ao local, eles já sabiam qual seria o nosso objetivo, então não estranharam nossa presença. Subimos um lance de escadas, até o auditório, onde estavam os Warao, logo ao abrir a porta, me deparei com muitas crianças e algumas mulheres, as crianças brincavam de pique-pega, enquanto as mulheres conversavam. Sandra já entrou cumprimentando a todos e eu segui fazendo o mesmo. Um dos funcionários do CRAS informou que a professora não estaria lá, então Sandra decidiu fazer uma atividade com eles – este seria o último dia dos Warao tendo aula no CRAS, a partir de então, seriam alocados em uma escola, cada um em suas respectivas séries. As crianças e adolescentes warao, durante o período de aulas remotas, devido à COVID-19, tinham aulas presenciais com uma professora, no CRAS (Terra de Marambaia). Esta professora designada para lecionar aos warao, fala espanhol, o que facilitou a interação com eles. Independentemente da faixa etária dos warao ser diferente, as aulas e atividades eram realizadas em conjunto. – dando continuidade à atividade que já iniciada na semana anterior, na qual Sandra pediu que desenhassem o que

recordavam da Venezuela. Neste dia, ela propôs que as crianças falassem sobre cada desenho e nos explicassem o que eles representavam.



Figura 3: CRAS Terra de Marambaia

Fonte: Arquivo de Diário de Campo (Carla)



Figura 4: Desenho de uma das adolescentes Warao, da atividade proposta pela pesquisadora

Logo percebemos a presença recorrente do Buriti – considerada, pelos Warao, a árvore da vida, pois dela tudo aproveitam, a madeira, os frutos, a seiva, as folhas – nos desenhos feitos pelas crianças e adolescentes. A escola é, de fato, o meu campo, no entanto, entender suas tradições e cultura, bem como sua trajetória desde o momento em que decidiram sair da Venezuela até chegarem aqui, é de suma importância para que o comportamento dentro da escola seja melhor compreendido. Esta narrativa, feita a pedido da pesquisadora, nos deu abertura para perguntar como se deu a vinda dos Waraos até o Rio de Janeiro. Angeli, a adolescente mais velha do grupo, então começou a narrar a trajetória dos Warao, a qual foi atravessada por períodos de fome e escassez, onde contavam com a ajuda de estranhos para conseguir alimentar as crianças e seguir seu caminho.

Ao chegar aqui no Brasil, foram vacinados na fronteira, porém não foram para o abrigo, ficaram nas ruas até que conseguissem indicação de algum lugar para ficar. O caminho até o Rio de Janeiro foi feito desta forma, a todo momento estavam em contato com parentes que já estavam morando no Brasil, para saberem qual o melhor lugar para morar e conseguir trabalho e assim, partiam de uma cidade para outra, morando de favor ou pagando diária, com o dinheiro que conseguiam na rua, recebendo ajuda de parentes, pessoas que conheciam pelo caminho ou instituições, até que chegaram ao Rio de Janeiro e ficaram um tempo morando em Japeri, ajudados por uma igreja católica até que esta igreja conseguiu ajuda da prefeitura de Nova Iguaçu, a qual os trouxe para onde vivem atualmente. Esta narrativa não foi tão simples de compreender, tendo em vista que foi feita em espanhol e Warao, pois eles costumeiramente misturam as duas línguas, ao longo do discurso, porém foi possível perceber que este período foi tão conturbado que a escola não se tornou uma prioridade, ficando totalmente de fora da narrativa, tanto de Angeli quanto das mulheres de sua família que a ajudavam a lembrar os momentos.

2.4 Conversando com o Cacique

Durante uma das minhas idas a campo, tive a oportunidade de conversar com o cacique (líder dos Warao), passamos quase 2 horas conversando acerca de diversos assuntos, dentre eles, o motivo pelo qual vieram para o Brasil. Na semana anterior a esta ida à casa dos Warao, passamos lá para combinar o horário. Ficou acertado que chegaríamos às 09:00. No dia e hora combinados, chegamos em 4 pesquisadoras, as outras 3 tinham a intenção de realizar atividades pedagógicas com as crianças e minha intenção era observar como esta

interação se dava. Entretanto, mesmo avisados de nossa ida, os Warao pareceram sentir-se um pouco incomodados com nossa presença e, de certa forma, isto nos fez sentir incomodadas também, pois não queríamos atrapalhar. Uma das pesquisadoras (Sandra) então decidiu chamar Angeli, uma das adolescentes, pois é sempre através dela que conseguimos conversar com os demais, devido a sua facilidade para entender e falar o português. Sandra a explicou que gostaria de retomar uma atividade que havia feito anteriormente com eles. Percebi certo desconforto e descontentamento por parte de Angeli quando ouviu esta proposta, a mesma informou imediatamente que tinha tarefas da escola para fazer. Então, logo sugeri auxiliá-la na realização destas tarefas ao invés de fazermos a proposta de Sandra. Isto pareceu agradar mais a Angeli que prontamente foi buscar seu caderno, sugerimos que as outras crianças pegassem suas tarefas também, para as ajudarmos.

Angeli nos levou para os fundos da casa, onde fica a cozinha, com uma mesa de cimento ao lado de fora, que dá para umas 10 pessoas comerem – o local onde os Warao estão vivendo é uma escola desativada. Nos colocamos ali então para ajudá-los. Enquanto eles faziam as tarefas, Sandra me chamou para a auxiliar com o cacique (Sr. Pablo) ao pedir sua autorização para realizar a pesquisa. Sr. Pablo estava no quintal, sentado em uma cadeira, ao seu lado, sentada no chão, estava sua esposa, Dn^a Maria, tecendo algo que me parecia uma pulseira em uma espécie de tear. No colo do Sr. Pablo repousava uma Bíblia, a qual, anteriormente, havia reparado, ele tentava, com muita dificuldade, ler. Sandra se aproximou, falando em português, que gostaria que ele assinasse a autorização, ele nos olhou com certa desconfiança e pediu que sua esposa fosse pegar seus documentos, pois havia entendido que queríamos ver os seus documentos, enquanto esperávamos o retorno de Dn^a Maria, Sr. Pablo começou a nos contar sobre sua vida e quando percebeu que estávamos dispostas a escutá-lo, sua desconfiança aos poucos foi se desfazendo.

Sr. Pablo pôs-se a falar tudo o que considerava interessante e importante. Mesmo com o meu espanhol enferrujado, fui a única a entender o espanhol, muito rápido e misturado com Warao, que ele falava. Sandra então, após conseguir sua assinatura, voltou às crianças para ajudá-las, mas como o Sr. Pablo continuou a conversa, achei que era importante que alguém ficasse para ouvi-lo. Ele contou muitas coisas sobre sua vida na Venezuela e seu deslocamento para o Brasil. Contou que o motivo pelo qual vieram para o Brasil não foi financeiro, não diretamente pelo menos. Segundo ele, o estilo de vida que tinham na Venezuela, consistia em pescar e cultivar seus alimentos, suas casas eram feitas com madeira que retiravam da mata, assim como as canoas que utilizavam para se deslocar e pescar; contou que havia uma escola na aldeia – neste momento, um dos genros do Sr. Pablo se aproximou e

me mostrou um vídeo em seu celular, de um documentário feito onde moravam, o documentário mostrava especificamente a escola.

Apesar de não necessitarem de dinheiro para suas necessidades básicas, quando passava desta esfera, em alguns momentos, necessitavam de dinheiro e este foi o caso quando uma das filhas do Sr. Pablo adoeceu e precisou de cuidados médicos – ele passou boa parte do tempo me contando sobre as rezas que fazia para curar picadas de cobra e outras enfermidades, também contou que sua esposa possuía o mesmo dom de cura através da reza, entretanto, quando sua filha adoeceu ele resolveu buscar um hospital, não achei pertinente perguntar por que ele não decidiu utilizar a reza naquele momento, acredito que terei oportunidade de perguntar isto em outro momento. Ao chegar à cidade, em busca de tratamento, Sr. Pablo procurou uma amiga que trabalhava no hospital para ajudá-lo a obter atendimento mais rápido – Sr. Pablo afirmou ser Oficial general aposentado, não entendi bem como funcionava esta função, mas me pareceu que ele tinha certo prestígio na cidade e amigos influentes – entretanto, como não tinham dinheiro para pagar o atendimento, sua filha não pôde ser atendida, preocupado com sua saúde ele decide então trazê-la para o Brasil, em busca de tratamento gratuito, o qual, segundo ele, foi obtido e sua filha melhorou.

Apesar de terem cumprido seu propósito no Brasil, voltar para a Venezuela sob o governo de Nicolás Maduro não é a intenção do Sr. Pablo – segundo ele, Maduro não conseguiu dar continuidade ao governo de Hugo Chávez, pelo contrário, destruiu tudo o que Chávez fez –, apesar de haver uma grande vontade de retornar à Venezuela quando Maduro sair, pois segundo ele, se continuarem no Brasil, perderão sua cultura, principalmente os pequenos, que nasceram aqui e nunca tiveram contato com a cultura de origem. Ele me contou sobre as pescas que faziam, os peixes que pegavam e como eram quase do tamanho de um braço, também que em uma destas pescas ele sofreu um acidente em que um pedaço de madeira entrou em seu olho. Ele precisaria fazer uma cirurgia, mas como não tinha dinheiro, acabou perdendo a visão do olho direito e este era o motivo pelo qual ele tinha tanta dificuldade para ler a Bíblia, colocando-a muito perto do rosto. Sr. Pablo me contou que foi catequista na Venezuela e que ele é indígena, mas é católico. Nota-se aqui, a influência que as missões católicas tiveram entre os indígenas, apesar disto, é possível perceber, através dos relatos do Sr. Pablo, que suas rezas pouco tem a ver com as rezas católicas e os Warao possuem o costume de produzir unguentos e xaropes, além do uso de ervas para a cura.

Angeli já havia nos contado anteriormente sobre a vinda de sua família ao Brasil, mas, ao contrário do que disse o Sr. Pablo, segundo ela, a vinda tinha a ver com a escassez de alimento e ao chegarem ao Brasil, passaram pela fronteira em Roraima e ao se depararem com

muitos venezuelanos vivendo nas ruas, decidiram ir para Boa Vista, onde ouviram ser um lugar melhor para encontrar emprego.

Quando chegam a Pacaraima, muitos pensam logo em seguir para Boa Vista e de lá, dependendo das condições de alojamento, estrutura social e alimentação, também seguem para Manaus, Belém (...) Vale ressaltar que não existe uma logística pré-definida, pois esses circuitos migratórios dependem de vários fatores, tais como a referência de familiares já acomodados, (...) ações sociais das esferas estaduais, municipais e federal, incluindo MPF, Polícia Federal, Funai, para conseguir documentação (Protocolo de Refugiado e CPF) e, conseqüentemente, o acesso às políticas públicas (...) outros fatores (...) são (...) a falta de sensibilidade/alteridade de alguns agentes externos” (LUCENA, 2021, p.102)

Este foi o caso da família de Angeli, após serem expulsos de pensões e casas em que moraram de favor aqui no Brasil, migraram de cidade em cidade, estado em estado, até chegarem ao Rio de Janeiro, onde foram parar primeiramente em Japeri e depois em Tinguá, onde residem atualmente. Sua migração em grande parte se deu, devido a parentes que já moravam em algumas cidades e ao se comunicarem, se organizavam para o deslocamento.

Segundo Sr. Pablo, apesar de melhor que na Venezuela, a vida aqui no Brasil também não é fácil e tem muitas restrições, especialmente financeiras, ele diz que o valor que recebem é muito pouco, já que parte dele é enviado para os parentes que ficaram na Venezuela, por isso, se preocupa que com o fim do bolsa família, eles não sejam contemplados com o auxílio Brasil, o que piorará sua situação aqui. Sr. Pablo relata que, quando o dinheiro fica pouco, os homens se deslocam até Campo Grande ou Santa Juan para conseguir algum dinheiro na rua. Como já exposto acima, esta prática, conhecida como coleta, facilmente confundida pelos brasileiros com a mendicância, faz parte da identidade cultural dos Warao.

Na maioria dos grupos de Waraos, são as mulheres que saem às ruas para fazer a coleta, ou seja, são elas que vão prover o sustento. Entretanto, entre os Warao em Tinguá, esta prática é feita pelos homens, um aspecto a ser melhor observado. Sabe-se que, aqui no Brasil, pedir dinheiro nas ruas com crianças, não é uma prática bem vista e portanto, sujeita a violência e denúncias, por falta de conhecimento acerca de seus costumes. Para as mulheres Warao, levar as crianças é uma forma de manter-se cuidando delas, as mulheres não enxergam as crianças como um meio de obter ganhos, mas sim como sujeitos que precisam de cuidados e portanto não há quem, melhor que elas, o possa fazer, então as levam junto. (SANTOS, 2020). Portanto, talvez como forma de proteção às mulheres e crianças, os homens estejam tomando este lugar.

Além do aspecto financeiro, é possível notar que a vida dos Warao aqui no Brasil é composta por adaptações de seu modo de vida e alimentação, pois moravam em casas sobre o rio Manamo, dormiam em redes e cozinhavam em fogões ao ar livre e em Tinguá vivem em uma escola desativada. Onde eram as salas de aula ficam os quartos e onde é a cozinha é feita somente parte da comida, nota-se que no pátio foram adaptadas algumas fogueiras, onde repousam panelas. Pela quantidade e aspecto da madeira é possível inferir que são utilizados regularmente. O tear de confeccionar pulseiras está ali e as contas também, mas para o Sr. Pablo ainda não é o ideal, por isto, assim que possível voltarão à sua casa na Venezuela.

2.5 A escola que recebeu os Warao

Durante o ano de 2020 e 2021, até Outubro, as crianças e adolescentes Warao tiveram aulas presenciais no CRAS do bairro onde moram, foi designada uma professora, que fala espanhol, para acompanhá-los. A professora Joana mantinha aulas semanais com eles, dividindo-os por idade em dois grupos. A partir de Novembro, eles foram alocados em uma escola, também próxima de onde moram e divididos em série, de acordo com seu nível de conhecimento.

Na primeira ida à escola em que as crianças e adolescentes Warao foram alocados, pude perceber que a mesma não sabia exatamente como lidar com a nova situação, de ter alunos indígenas e de outra nacionalidade. Ao chegar, logo fui informada que eles estão separados em turmas, de acordo com a idade ou nível de conhecimento. A dirigente, recepcionou Sandra (que foi comigo neste dia) e eu e nos encaminhou para a Coordenadora educacional (Laura), a qual nos levou até sua sala para conversarmos. Nos apresentamos e também apresentamos nossas respectivas pesquisas e o que pretendíamos ali. Informamos que o grupo de pesquisa, a qual Sandra faz parte, já estava acompanhando os Warao desde Setembro e eu desde Outubro e assim continuaríamos. A Coordenadora, depois de nos apresentarmos, logo começou a fazer perguntas a respeito dos Warao e seu estilo de vida; como chegaram até aqui; se são nômades; se recebem ajuda do governo, o que nos esforçamos para responder e também desmistificar alguns pensamentos.

Laura nos informou que tem dificuldade de se comunicar com os Warao, porque ela não fala espanhol, entretanto, é preciso pensar a respeito, pois a maioria deles entende o português e alguns inclusive falam, então é preciso entender melhor esta dificuldade da coordenadora. Perguntei se eles foram informados com antecedência sobre a vinda dos Warao e ela nos informou que sim, entretanto, mostrou pouquíssimo conhecimento a respeito deles, denotando que não houve uma pesquisa ou preparação da escola para recebê-los. Inclusive ela

não tinha conhecimento de que eles eram venezuelanos e só sabia que eram indígenas por conta de sua aparência. Perguntei então sobre a convivência com os colegas de turma e escola, ela me informou que eles interagem bem e isso de fato dá para se notar, principalmente entre os meninos, que ao final da aula, brincavam juntos na porta da escola enquanto esperavam seus pais virem buscá-los, um menino brasileiro, que iria embora sozinho, inclusive ficou junto com os Warao, brincando, até que eles fossem embora, mesmo depois de a dirigente mandá-lo ir pra casa duas vezes.

Ainda durante a conversa com a coordenadora educacional, a mesma expressou sua opinião a respeito dos Warao, dizendo que eles são muito tímidos, porém educados e que se surpreende deles entenderem as matérias dadas e conseguirem fazer as atividades, além disto os considera muito bonitinhos, pois tem o cabelo liso, confesso que estas impressões, apesar de não me surpreenderem, me incomodam, pois nota-se a reprodução de pensamentos a partir de estereótipos enraizados em nossa sociedade, acerca do não branco e do que é belo. Após nossa conversa, fomos aguardar o responsável dos Warao vir buscá-los, fiquei sentada junto de Angeli, observando a interação dos demais Warao com os alunos nacionais. Angeli ficou sentada em um canto quieta, talvez pela sua idade (17 anos) em uma turma de 4º ano – na qual ela foi alocada – e em que a maioria é menino e de 9 e 10 anos, isso dificulta sua interação. Em alguns momentos seu irmão se aproxima para conversar com ela, a conversa se desenvolve em idioma Warao, mas pela citação de nomes, pude perceber que falavam de nós, pesquisadoras, que estávamos ali. Enquanto eles conversavam, os meninos menores brincavam com os colegas nacionais, enquanto as meninas, Warao e brasileiras, ficavam sentadas observando. Uma menina brasileira provoca um dos meninos Warao, chamando-o de feio, até ele se aproximar dela e ela dizer que era mentira, ele não era feio e isto se repetiu algumas vezes, demonstrando que a intenção da menina era mais chamar a atenção do menino que ofendê-lo.

Quando o pai de Angeli chegou para busca-los, sugeri que os acompanhássemos até em casa, para avisar sobre a próxima visita. Não foi fácil chegar, apesar de apenas uma quadra de distância, as ruas sem asfalto, em barro molhado pela chuva de dias, tinha diversos buracos no chão. Enquanto andava, me recordava das brincadeiras de amarelinha durante a infância, era preciso ziguezaguear e as vezes pular poças para avançar. O trajeto de no máximo 5 minutos, durou pelo menos 15. Utilizamos (Sandra e eu) este tempo para conversar com Angeli já que seu pai nos havia deixado com ela e andava à frente com o restante das crianças. Sandra fez perguntas acerca do que Angeli estava achando da nova escola, se gostava ou não, a mesma respondeu que sim, está gostando, então Sandra perguntou se ela estranhava a nova

escola e neste momento Angeli olhou para Sandra sem entender, daí eu tive que explicar para Sandra que estranhar em espanhol não tem o mesmo significado que em português, para eles é como o nosso sentir falta, sentir saudade, então não fazia sentido para Angeli “extrañar” a nova escola, pois como ela sentiria falta do novo? Aqui, ressalta-se a importância de uma comunicação que faça sentido para ambas as partes. No grupo que faz pesquisa com os venezuelanos, somente eu falo espanhol e mesmo assim, tive que retomar algumas práticas de leitura, escuta e fala, pois já havia muito tempo que não falava. Assim, Sandra reformulou sua pergunta. Perguntou se Angeli achou a escola diferente, ela respondeu que “um pouco”.



Figura 5: Caminho percorrido pelos Warao da escola até sua casa

Fonte: Arquivo pessoal

Após avisar sobre nossa próxima visita, fomos andando novamente pela estrada de terra, até a estrada principal, onde chamaríamos um uber para voltarmos para casa. Enquanto andávamos, um carro parou ao nosso lado, havia uma mulher e um homem e perguntaram se precisávamos de carona, o homem nos perguntou se éramos professoras, pois havia nos visto na escola, a mulher perguntou à ele, “elas estavam na escola?”, ele afirmou que sim, então percebemos que eles eram professores da escola e aceitamos a carona, no caminho eles disseram que são professores de inglês e ciências. Durante a conversa, percebi que os professores, assim como a coordenadora, não tinham conhecimento acerca dos Warao e seu

estilo de vida e cultura, entretanto, tem interesse em conhecer mais, para saberem lidar e ensinar melhor. Na opinião deles, as crianças Warao estão se integrando e interagindo com os colegas, mas ainda tem um pouco de dificuldade para entender o português.

A professora de inglês relatou que uma aluna venezuelana (que não é Warao. O grupo de Venezuelanos que vivem em Tinguá não tem só Warao, entretanto, esta pesquisa está focada nos Warao) falou que já era difícil entender o português, ainda tinha que aprender inglês, mas a professora entendeu a situação e explicou que a ajudaria no que precisasse e que ela não precisava se preocupar. A partir deste relato, a professora então disse que está se esforçando para lembrar o tempo em que estudou espanhol, para que ela consiga se comunicar melhor com os venezuelanos. Ambos os professores nos fizeram todo o tipo de perguntas acerca dos venezuelanos e se mostraram muito interessados em saber como melhorar suas aulas, para poder ajudá-los e disseram que gostariam da nossa ajuda para entender melhor como fazer isto. Nossa conversa não pôde continuar, naquele dia, pois chegamos ao nosso destino, porém, nos deixou a impressão de que existe um esforço para que os Warao se sintam integrados à escola.

As aulas dos Warao, na escola, por conta da COVID-19, aconteciam de 15 em 15 dias, portanto, só depois de 15 dias é que pude novamente ir à campo. Chegando à escola, minha primeira visão foi da professora Joana, no pátio da escola, fazendo uma atividade com a turma que alguns dos pequeninos warao fazem parte. Como a atividade já estava no fim, esperamos (algumas das pesquisadoras do grupo de pesquisa estavam junto neste dia) que a atividade terminasse para que pudéssemos conversar. Ao fim, descobrimos que ela iria realizar mais atividades com outra turma que tem alunos Warao. Pedimos então para acompanhá-la e observar. Agora que eles estão na escola, nas quintas-feiras, ela faz algumas atividades de interação entre os Warao e os alunos nacionais. A atividade de hoje, da turma de 4º ano, é sobre o verbo “gustar” (gostar), onde os alunos nacionais vão aprender o seu significado e uso. Estas atividades foram pensadas junto com o diretor da escola, como forma de diminuir as diferenças entre os Warao e os nacionais. Joana fala em espanhol, na maior parte do tempo, mas traduz algumas vezes, para que os alunos brasileiros entendam a atividade. A atividade consiste em uma folha que contém algumas figuras e os alunos devem pintar cada figura com a cor correspondente a seu gosto.

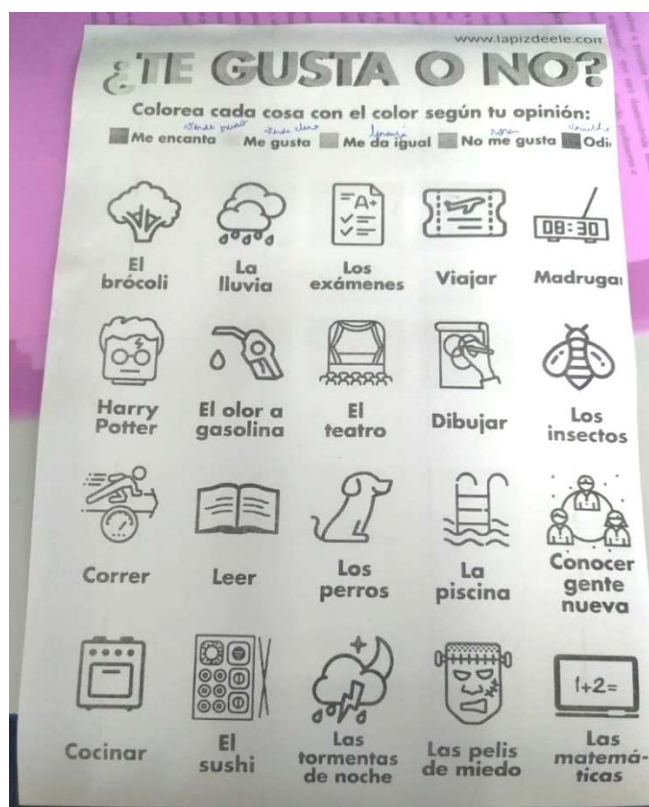


Figura 6: Atividade proposta pela professora Joana como forma de integrar as crianças warao à nova escola e aos colegas de classe

Fonte: Arquivo pessoal

Toda a atividade está em espanhol, mas a Prof.^a Joana consegue fazer com que todos a compreendam bem, mesmo que não saibam falar espanhol. Na foto é possível perceber uma figura que representa o teatro (el teatro) e as crianças precisam dizer se gostam ou não, entretanto os Warao não fazem ideia do que seja um teatro, a Professora Joana explica, mas eles não parecem entender completamente o que de fato é um teatro, pois não possuem referências suficientes para entender. Quando a atividade terminou, a Professora Joana continuou em sala, mas passou a aula pra a Professora Glória, que é a Professora do 4º ano. Inicia-se então a aula de matemática. Durante a explicação do exercício, a Professora Joana se aproxima de Angeli para a auxiliar na compreensão da atividade e depois vai ajudar também aos irmãos de Angeli. Angeli consegue acompanhar as aulas em português melhor que seus irmãos, mas ainda apresenta mais dificuldade que os alunos nacionais. Juan, um dos irmãos

de Angeli, não presta atenção à aula por muito tempo e a Professora Glória não parece se atentar especificamente para o desenvolvimento dos Warao em sala de aula, ela explica de forma geral, faz perguntas acerca da atividade e se alguém responde, já se dá por satisfeita, mantém-se o tempo todo na parte da frente da sala, enquanto os meninos Warao estão sentados ao fundo, o que dificulta mais a percepção de suas dificuldades. Ao fim da aula de matemática, segue-se então para a aula de português – a professora Joana continua auxiliando os Warao -, onde é feita a leitura de um pequeno texto, em que os alunos devem identificar a pontuação correta. Esta atividade não consegue ter a interação dos warao, pois o texto lido não é muito bem compreendido. Durante a explicação a Professora Glória cita alguns clássicos da literatura brasileira, para auxiliar a compreensão da turma e então, pergunta aos Warao se eles conhecem algumas das histórias citadas e eles dizem que não, então ela ressalta sua vontade de trazer literaturas brasileiras para que os Warao conheçam e assim tenham uma maior interação.

A pesquisa com os Warao está em fase inicial, então alguns aspectos ainda precisam ser melhor observados e entendidos, entretanto, com base em leituras a respeito dos mesmos e nas observações e relatos recolhidos até o momento, pude perceber a força que os estereótipos tem sobre a forma como os Warao foram tratados desde que chegaram ao Brasil. Parte disto, se deve ao fato de termos poucos trabalhos que tratem especificamente dos Warao. A maior parte dos trabalhos existentes não foram feitos em profundidade e/ou foram publicados nos últimos dois anos, então ainda há que se ter mais pesquisas que possam analisar em profundidade aspectos relevantes acerca dos Warao.

Além disto, nota-se também a necessidade de capacitação dos órgãos públicos que recebem estes, pois é preciso pensar que, apesar de muitos indígenas viverem nas cidades, há uma outra parte que não, portanto tem uma lógica e dinâmica diferenciadas que deve ser respeitada. Capacitação de profissionais e adaptação de políticas públicas existentes ou, até mesmo, a formulação de novas políticas, mostram-se então urgentes, de forma a poder atender às necessidades desta população, diminuir a ocorrência de preconceitos com base em estereótipos e possibilitar que vivam uma vida digna enquanto permanecerem aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, percebe-se então que a construção da nação brasileira foi dependente das migrações. Os ideais de nação presentes no mundo do século XIX, influenciaram a formação ideológica da nação brasileira. Baseados em critérios cívicos, culturais, linguísticos e raciais, os governos do Brasil independente fomentaram a vinda de

imigrantes, especialmente europeus, com o intuito de colonizar o Brasil e assim então construir, inicialmente, um povo civilizado e posteriormente, uma nação de raça, língua e cultura únicas.

Tais critérios surgiram a partir de um ideal religioso de pureza – limpeza de sangue - e uma teoria das raças, desenvolvida por intelectuais brasileiros, o branqueamento - baseado em teorias raciais vigentes ao redor do mundo, as quais defendiam a existência de uma hierarquia racial entre seres humanos, nas quais os brancos ocupavam o topo. Nesta cadeia evolutiva, os povos eram caracterizados não só pela raça, mas também pela classe social, o que fez com que políticas restritivas fossem adotadas no Brasil, com o intuito de impedir a entrada de imigrantes indesejáveis, caracterizados como inferiores, incluindo até mesmo os brancos europeus que pertencessem à classe trabalhadora.

Além do impedimento de entrada, políticas restritivas foram adotadas também aos imigrantes que já residiam no Brasil, e que fossem considerados inassimiláveis, com o intuito de diminuir a pluralidade cultural presente nas colônias de imigrantes no Sul. Um exemplo de medida restritiva foi a proibição do ensino e prática de quaisquer línguas que não fossem o português, proibição de manifestações culturais outras que não a brasileira. Outras medidas foram adotadas em relação à raça, estas desencorajavam a relação entre homens negros e qualquer mulher, seja branca ou negra e também fomentavam a relação entre mestiços e brancos, com o intuito de promover a limpeza de sangue e em um curso de três gerações obter uma população essencialmente branca. Para isto, a imigração da população branca europeia era essencial.

Nota-se então que desde o Império até a “era Vargas”, a relação do Brasil com as migrações internacionais foi essencial para o projeto de formação da nação brasileira, entretanto, mesmo sendo parte vital de todo este processo, os imigrantes foram hostilizados e mal tratados, pois a sua vinda era bem quista, mas sua cultura, costumes e raça nem tanto. Aos que resistiram às tentativas de assimilação e extermínio, restou mais repressão; aos que não resistiram, restou muito pouco de sua identidade cultural e étnica. Esta relação com as migrações afetou também a forma como a população não-branca residente no Brasil era tratada.

Com o fim da Era Vargas e também o fim da Segunda Guerra Mundial, o quadro muda e novamente o Brasil abre suas fronteiras para as migrações, entretanto esta reabertura foi feita com diversas restrições, que rememoravam aos tempos do início da República, pois mantinham ideais de raça e classe específicos, além do cunho político-ideológico. A intenção de enfatizar a ascendência europeia e afastar o “perigo do comunismo” fez com que diversos

migrantes fossem impedidos de entrar no Brasil. No âmbito da recém criada ONU, os refugiados aguardavam por acolhimento e proteção dos países aliados ao lado ocidental da nova ordem estabelecida. O Brasil por ser signatário via-se então em um impasse entre restringir a entrada de refugiados e manter os acordos internacionais feitos. O acolhimento destes refugiados ficava então a cargo de Organizações Não-Governamentais, que atuavam em especial no Rio de Janeiro e São Paulo.

Este quadro restritivo, intensifica-se ainda mais durante o período do governo militar. Novamente as fronteiras são fechadas e os migrantes e refugiados voltam a ser vistos como uma ameaça à segurança nacional. Atos Institucionais definiam o cotidiano das pessoas em território brasileiro e também novamente criavam um perfil de imigrantes desejáveis e indesejáveis, portanto neste período, os órgãos internacionais e organizações não-governamentais ocupavam-se mais em reassentar em países da América do Sul os exilados políticos e imigrantes e refugiados expulsos do país. Somente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é que se tem uma mudança positiva, pois o AI-5 é revogado, criada a Lei de Anistia e o Estatuto do Estrangeiro. Apesar disto, este Estatuto ainda mantinha restrições no perfil dos imigrantes e refugiados que entravam no Brasil.

Os anos 1990, após a redemocratização do Brasil, trouxeram consigo novos fluxos de entrada de imigrantes, vindos principalmente do continente africano. Em 1997 é criado o Estatuto do Refugiado, o qual dispunha a respeito da proteção aos refugiados, entretanto o Estatuto do estrangeiro não é revogado, ou seja, ainda mantinha-se legalmente um perfil daqueles que eram bem-vindos a entrar no Brasil para iniciar uma nova vida. Já no início do Século XXI, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, desencadearam uma onda de desconfiança em relação aos imigrantes e novamente diversos países fecharam suas fronteiras. Entretanto, na primeira década dos anos 2000, o maior número de imigrantes entrando em território nacional vinham do Haiti e a estes foi concedido visto humanitário em caráter de exceção. A partir da segunda década surge um novo fluxo, agora vindo da Venezuela, o qual foi aumentando gradativamente o número de entradas ao longo dos anos. Em 2017 o Brasil institui a Lei de Migração, considerada internacionalmente a mais moderna, uma característica especial desta lei é a mudança na definição da pessoa deslocada, de estrangeiro para migrante, o que causa grande diferença na forma como este é visto perante a lei.

Mais recentemente, o mundo foi pego de surpresa pelo aparecimento de um vírus extremamente contagioso, que afetou a rotina de todos, bem como a dinâmica das relações. Novamente a pessoa migrante é vista como um perigo para a estabilidade nacional, pois como

o vírus precisa de um hospedeiro para viajar, os migrantes passaram a ser um grande perigo. Entretanto, ao olhar para as realidades e identificar que elas não são iguais, é preciso se perguntar, quem pode realmente se isolar? Quem pode realmente sobreviver? A realidade migrante perpassa dimensões que um nacional não vivencia. Momentos de medo e incerteza necessariamente tem que ser vividos em trânsito quando se passa por situações de risco ou necessidade, portanto fechar as portas para estas pessoas é deixar que sejam acolhidas por um vírus mortal. Em relação a isto é preciso repensar as formas de acolhimento e recepção de migrantes e refugiados.

Percebe-se então que, o Brasil vive uma relação de altos e baixos com os migrantes e refugiados, pois a depender do momento político as fronteiras podem se abrir ou fechar, além disto, a definição de perfis desejáveis e indesejáveis sempre dificultou a entrada de pessoas que necessitavam de abrigo e proteção e até mesmo nos dias atuais, com uma lei moderna a respeito das migrações, ainda assim é preciso avançar na implantação da mesma, ainda é preciso pensar no processo de integração desta população e na conscientização da população nacional a respeito deles, a fim de que se diminuam os casos de racismo e xenofobia. Práticas estas que se disfarçam até hoje no cotidiano brasileiro e a isto se deve a necessidade de ainda reivindicar direitos à população migrante e não-branca. Na perspectiva de Stuart Hall, uma sociedade multicultural deveria pensar em algo novo, em formas novas de combinar a diferença e a identidade desde que se considere a “liberdade e a igualdade junto com a diferença, o bem e o correto” (HALL, 2003, p.86). Afinal a questão multicultural sugere que o “momento da diferença é essencial à definição de democracia como um espaço genuinamente heterogêneo” (HALL, 2003, p.87). Para que esta lógica “funcione” é necessária a expansão e radicalização das práticas democráticas da vida social e a contestação das formas de fechamento racial ou etnicamente excludente (HALL, 2003).

Quando trazemos estas questões para a realidade de imigrantes indígenas, vemos o quanto elas se materializam e prejudicam sua socialização. A história dos povos warao é atravessada por interferências externas que os obrigou, ao longo de anos, a se deslocarem de seu território original e se adaptarem à convivência nas cidades, com etnias diferentes das deles, adaptando também a forma como obtém sustento. As crianças, por sua vez, ficam à mercê destas interferências que influenciam na forma como vivem suas infâncias e também em sua trajetória de aprendizado. Apesar disto, ainda assim, migrar para outro país implica em outros aspectos, como apreender os símbolos e linguagens que compõem uma cultura e assim facilitam o processo comunicativo e integrativo. Os warao, portanto, passam por toda esta

experiência, em busca de melhores condições de vida, utilizando as estratégias de adaptação aprendidas.

Entretanto, as crianças e adolescentes, em idade escolar, acabam por ter sua trajetória educacional/escolar interrompida pelo deslocamento forçado, pelas péssimas condições de vida e sustento e também pelo preconceito, portanto, integrar estas crianças e adolescentes na escola e sociedade de acolhida é um desafio que ainda precisa ser vencido, pois o nosso sistema educacional ainda não está preparado para integrá-los, apesar de recebê-los sem dificuldades e burocracias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados.** ACNUR, Brasil. 06 Dez. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-porreconhecermilhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>>. Acesso em: 10 Out. 2020

_____. **Tendencias Globales: Desplazamiento Forzado en 2019**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.143485557.1364177628.1602373985-1084923908.1598226287>. Acesso em 20 Ago. 2020

_____. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** Disponível em: << <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf> >> Acesso em 10 Nov. 2020.

ANDRADE, José H. Fischel de. **O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952).** *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 48, n.1. p. 60-96. 2005.

ANDRÉ, Bianka. P. **A diversidade dos alunos estrangeiros e seu processo de adaptação em escolas brasileiras.** In: SANTOS, M.; BAHIA, J. (Org.). Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios. São Leopoldo: Oikos, 2016. 152p. p. 56-78

AYDOS, Mariana Recena. **Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil (1970-2006).** 2010. 185 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279346>>. Acesso em: 07 Ago. 2021.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119- 143, jan./abr. 2017

BECKER, Howard S. **Sobre Metodologia**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1999, Cap.1 pp.17-46.

BRASIL. **Lei n º 601 de 18 de Setembro de 1850**. . [S.l: s.n.]. 1850. Livro 1º do Actos Legislativos. fl. 57. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850.

BRASIL. **LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. Institui a Lei de Migração**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Ed. 99, p. 1, 24 mai. 2017. Seção 1.

BRASIL. **PORTARIA Nº 478, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Ed. extra, p. 1, 14 out. 2020. Seção 1.

Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina. ACNUR, Brasil. 31 Jan. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maiornumero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>>. Acesso em: 10 Out. 2020

BRUBAKER, R. **Nacionalismo “cívico” e “étnico”**. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 1, p. 295–312, 2017.

CABECINHAS, Rosa; MACEDO, Isabel. **(Anti)racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas**. *Revista Mediações*, online. Escola Superior de educação – IPS, v.7. n.2, p.16 – 36, 2019.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. J. **La era de la migración: Movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Cámara de Diputados, 2004.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner. **Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos**. *PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações*. v. 4, n. 2, pp. 11-35. 2020.

CLASTRES, Pierre. **Copérnico entre os selvagens** In: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify: 2003. Francisco Alves, 1978, p. 7-20; 132-152.

FRANÇA, Rômulo A.; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inez. **Mapeamento de Políticas Públicas para os Refugiados no Brasil.** *Revista Estudos e pesquisa em Psicologia* (online), Rio de Janeiro. V.19. n.1, jan/abr, 2019, p.89-106. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43008/29657>> Acesso em: 22 jan. 2021

FRONTOURA, Caroline de S. **Leis de imigração brasileiras e os dilemas do estado-nação: do período colonial à lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017.** Londrina, 2017. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GARCÍA CASTRO, Alvaro A. **Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos.** *Boletín Antropológico*: Universidad de Los Andes. n.48. ISSN: 1325-2610, Fev-Abr, 2000.

Haitianos lideram ranking de imigração para a Região Metropolitana de Campinas. G1, Campinas. 29 Jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinasregiao/noticia/2020/06/29/haitianos-lideram-ranking-de-imigracao-para-a-regiaometropolitana-de-campinas>.ghtml>>. Acesso em: 09 Out. 2020.

HALL, Stuart. **A Questão Multicultural.** In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG, p. 51-100. 2003.

HEBENBROCK, Mariano. **Imigração Venezuelana no Brasil: Xenofobia e Racismo como Pano de Fundo.** *Revista Coletiva*, Brasil, n. 23, p. 1-10, out/nov/dez/jan. 2018-2019.

HOBBSAWM, Erik J. **Nações e Nacionalismo: desde 1780.** São Paulo: Paz e Terra. 1990.

KENICKE, Pedro Henrique G.; LORENZETTO, Bruno M. **O estatuto do estrangeiro e a mudança da Fundamentação da política migratória brasileira.** *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 195-209. 2017.

LUCENA, Jamerson B. **Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia.** *TRAVESSIA - Revista do Migrante*. v. XXXIV, n. 91. Mai – Ago. 2021. p.101-115.

MARX, Anthony. **A construção da raça e do Estado-Nação.** *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 29, mar. 1996. P.9-36.

MENEZES, Lená. M. de. **Refúgio no Brasil no Pós-Segunda Guerra: A ilha das flores como lugar de acolhimento e representação do paraíso.** *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 03, n. 07, p. 109-125, jan./abr. 2018.

OIM. **Informe sobre las Migraciones em el Mundo 2020**. Genebra. OIM. 2020

OLIVEIRA, Gabriela C. de. **A Segunda Geração de Latino-Americanos na Cidade de São Paulo: A Questão Do Idioma**. REMHU, Brasília. Ano XXII. N. 42, p. 213-230, jan./jun. 2014.

PAGER, Devah. **Medir a discriminação**. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 18, 2017.

PEDONE, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ed. FUNCEP, 1986.

PETRUS, Maria Regina. **Refugiados congoleses no rio de janeiro e Dinâmicas de “integração local”: das ações Institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes Sociais**. Rio de Janeiro, 2010. 790f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, Elisa. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro**. *Revista Estudos Históricos*. V.1, n.2, p.187-203, 1988.

REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. *Revista Contexto Internacional*. v. 33, n. 1, jan/jun. p. 47-69. 2011.

RESTIER, Henrique. **O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço**. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf M. *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

RODRIGUES, Leda Maria O. et al. **Migração Contemporânea e Educação**. *Cadernos Ceru*, São Paulo. Série 2, v. 25, n. 1, p.225-240, jun, 2014.

RUSEISHVILI, Svetlana. **Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo**. In: ZUBEN *et al.* *Migrações internacionais e a pandemia de COVID-19*. UNICAMP, SP. p.160-166. 2020.

SAKURAI, Célia; PAIVA, Odair da Juan. **Migrações Internacionais, Geopolítica e Desenvolvimento Econômico (1947-1980)**. In: Encontro anual da ANPOCS, 28º, 2004, Caxambu. Anais, Caxambu, 2004. p. 1-21.

SANTOS, Elis Alberta R. dos. **Deslocamentos transfronteiriços de indígenas Warao: Impactos do desenvolvimentismo moderno à vida indígena.** Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Out- Nov. 2020. p.1-17.

SEYFERTH, Giralda. **O Estado brasileiro e a imigração.** In: NETO, Helion P. et al. (Org.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos.* 2. ed. – E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015. 424p. p. 108-133.

_____. **Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil.** In: ZARUR, G (Org.). *Região e Tradição na América Latina.* 1ªed. Brasília: UNB, p.81-109, 2000.

_____. **O Beneplácito da desigualdade: Breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais.** Rio de Janeiro: 7 Letras. 2020.

SILVA, César Augusto S. **A política brasileira para refugiados (1998-2012).** Porto Alegre, 2013. 292f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SMDHC; CMI; OIM; ACNUR. **1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024.** São Paulo. SMDHC; CMI. 2020.

SOUZA, Hebert José de (Betinho). **Como se faz análise de Conjuntura.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1984, p. 9-19

SOUZA, Rolf Malungo De. **FaloMaquia: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da Masculinidade em uma Sociedade do Ocidente.** *Rev. Antropolítica:* Niterói. n.34, p.35-52, 2013.

STOLCKE, Verena. **O Enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX.** In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1):336, janeiro-abril, 2006, pp. 15-41.

_____. **Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?.** In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, junho de 1991, p. 101-119.

TILLY, Charles. **Coerção, capitais e estados europeus (990-1992).** São Paulo: Edusp, 1996.

WENDEN, Catherine W. de. **As Novas Migrações.** *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.23, n.23, p. 17-28, 2010.

ANEXO

Atividade proposta pela pesquisadora às crianças e adolescentes Warao, enquanto estavam no CRAS. Arquivo do grupo de pesquisa



Primeira ida a campo no CRAS Terra de Marambaia



Última visita feita à casa dos Warao



As crianças Warao nos acompanharam até a porta para se despedir. Até a próxima!

